

# **ARQUITETURA E MEMÓRIA**

O palheiro como objeto de identidade territorial



**Nide Marques dos Santos**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Universidade de Coimbra . FCT . d'ARQ

sob a orientação da Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo

## **ARQUITETURA E MEMÓRIA**

O palheiro como objeto de identidade territorial



À professora Susana Lobo, pelo interesse no tema desenvolvido e pelo apoio durante a realização deste trabalho.

À Associação de Moradores da Praia da Tocha, em especial à Maria João Sérgio.

Às companheiras Lia, Maria, Marília, Micaela, Patrícia e Rita pelas aventuras académicas.

Aos amigos, em especial ao Leandro pelo amor depositado em todas as palavras de incentivo.

Por fim, à família pelo amor incondicional. Aos meus pais, que sempre me apoiaram e possibilitaram o meu percurso académico. Aos meus irmãos pela alegria de viver. E aos meus avós, sem esquecer a memória da avó Albertina que me educou.

A todos, um sincero obrigada.



*"Duram tanto ou mais que a vida; cheiram que consolam, quando novas, a resina, a árvore descascada e a monte; ressoam como um velho búzio e são leves, agasalhadas, transparentes. Por fora escurecem logo, e envelhecendo caem para o lado ou para a frente; por dentro conservam uma frescura extraordinária, e quando se abre uma janela, abre-se para o infinito."*  
(BRANDÃO,1989, pp.98)



## RESUMO

**Palavras-chave:** palheiro; arquitetura popular portuguesa; preservação; memória coletiva; identidade territorial; reinterpretação.

O palheiro, enquanto objeto de humanização da paisagem, surge estritamente relacionado com a prática da pesca. Devido à sua implantação na duna, esta tipologia popular, de carácter efémero e precário, era conhecida como a habitação adequada à vivência da praia. A sua evolução e expansão, durante o século XX, permitiu a fixação de aglomerados ao longo da costa litoral portuguesa. Com o aumento da procura turística destes aglomerados, houve uma evidente alteração da sua fisionomia, do ponto de vista social e cultural. O desaparecimento de um modo de viver e de construir foi de tal modo evidente que pouco resta, hoje, desse ambiente.

A presente dissertação pretende recuperar a memória do palheiro. Recorrendo à memória social e coletiva, enquanto instrumento ativo de revitalização da arquitetura popular, pretende-se perenizar os valores de identidade local, claramente em risco de desaparecimento, recuperando saberes e culturas construtivas populares através da reinterpretação desta tipologia arquitetónica. Deste modo, existe a vontade de fomentar um pensamento crítico sobre a importância do palheiro como propulsor da expansão dos aglomerados piscatórios e do desenho da paisagem litoral, assim como incentivar a recuperação desta tipologia como novo elemento cenográfico, de modo a reaver o arquétipo do palheiro como impulsor da memória coletiva.



## ABSTRACT

**Keyword:** *palheiro*; popular portuguese architecture; preservation, collective memory; territorial identity; reinterpretation.

The *palheiro*, as an object of landscape humanization, appears strictly related to the practice of fishing. Due to its implementation on the dune, this popular typology, of ephemeral and precarious character, was known as the adequate house to experience the beach. During the twentieth century, its evolution and expansion has allowed the settlement of fishing areas along the Portuguese coastline. With increasing tourism demand for these areas, there was a clear change in their physiognomy, from a social and cultural viewpoint. The disappearance of a way of living and of building was so clear that today little remains of that environment.

This work intends to recover the *palheiro* memory. Using the social and collective memory, as active instrument of revival of popular architecture, it is intended to perpetuate the local identity values, clearly at risk of disappearing. Through the interpretation of this architectural typology recover popular constructive and cultural knowledge. So, there is the will to foster critical thinking about the importance of the *palheiro* as driver of the expansion of fishing areas and the design of the coastal landscape. As well as encourage the recovery of this typology as a new scenic element, in way to repossess the archetype of the *palheiro* as the impeller of collective memory.



## ÍNDICE

13	INTRODUÇÃO
19	I. ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL
	Movimento da Casa Portuguesa
	Inquérito à Habitação Rural
	Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa
	Visão antropológica de Ernesto Veiga de Oliveira
	Conclusão
47	II. OS PALHEIROS DO LITORAL CENTRAL PORTUGUÊS
	O palheiro como expressão da cultura popular
	O palheiro como elemento de identidade e unidade territorial
	O palheiro como património ameaçado
71	III. TURISMO BALNEAR. O CASO DA PRAIA DE MIRA E DA PRAIA DA TOCHA
	Contextualização
	Praia de Mira
	Praia da Tocha
	Conclusão
111	IV. ALDO ROSSI: A ARQUITETURA COMO MEMÓRIA
129	V. O PALHEIRO COMO OBJETO DE IDENTIDADE E MEMÓRIA
	O palheiro como elemento a preservar
	O palheiro como objeto reinterpretado
147	CONSIDERAÇÕES FINAIS
155	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
161	FONTES DE IMAGEM



## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação tem como objetivo refletir sobre a preservação da memória do palheiro. Nesse sentido, pretende-se despertar consciências para um património coletivo e histórico de valor ímpar. O objetivo principal assenta na recuperação de uma memória social e coletiva, enquanto instrumento ativo de revitalização da cultura popular, incidindo o olhar sobre o palheiro enquanto objeto arquitetónico.

Defende-se o palheiro como expressão de identidade e unidade territorial, na perspetiva de que este deixe de ser património ameaçado. Assim, resulta a vontade de perenizar valores de identidade local, claramente em risco de desaparecimento, recuperando saberes e culturas construtivas populares através da reinterpretação desta tipologia.

A proximidade com o objeto de estudo foi razão para a escolha do tema da presente dissertação. A época balnear era vivida em aglomerados onde a presença do palheiro se fazia sentir. Atualmente, a memória do palheiro é o que resta das vivências que me foram permitidas na infância e adolescência, na Praia de Mira e Praia da Tocha. É por perceber que estamos perante um problema social e, acima de tudo cultural, que se equaciona a defesa da preservação e recuperação do palheiro como objeto arquitetónico de identidade e memória.

Visto que o palheiro, como objeto da arquitetura popular portuguesa, tende a desaparecer, a pertinência do trabalho é justificada pela vontade de fomentar um pensamento crítico relativamente à sua preservação.



Como metodologia de trabalho segue-se, num primeiro momento, uma abordagem teórica, onde *Palheiros do Litoral Central Português* (1964), de Ernesto Veiga de Oliveira, e *Arquitetura Popular em Portugal* (1961), publicado pelo Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, são elementos bibliográficos de maior referência para se alcançar os objetivos traçados. Essa abordagem também se auxilia de uma perspectiva prática na defesa do palheiro como objeto reinterpretado, visto que, por último se pretende projetar uma tipologia de habitação temporária, tendo por base o arquétipo do palheiro.

A dissertação compõe-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo, analisa historicamente o tema da Arquitetura Popular Portuguesa e como os seus diversos movimentos contemplam a tipologia da habitação típica do litoral centro português – o palheiro. É a partir do movimento da “Casa Portuguesa” que são levantadas questões fundamentais para a renovação da cena arquitetónica, cuja prioridade recai sobre a questão da habitação popular. É, deste modo, que surge o Inquérito à Habitação Rural e, mais tarde, o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa. Com o Inquérito, produzido pelos arquitetos da década de 50, surge a vontade de proclamar uma arquitetura mais autêntica, através do estudo da arquitetura popular. Também as ciências sociais e a antropologia foram aproximações centrais nesta mudança de paradigma, destacando-se a figura de Ernesto Veiga de Oliveira como um dos antropólogos que mais contribuiu para o estudo do palheiro como elemento da arquitetura popular a preservar.

Seguindo as premissas da visão antropológica de Ernesto Veiga de Oliveira e os princípios do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, o capítulo seguinte versa sobre o palheiro enquanto objeto arquitetónico. Com esta análise, pretende-se defender o palheiro como expressão da cultura popular, evidenciando as suas questões formais, estéticas e materiais. Também se defende o palheiro como elemento de identidade e unidade territorial, visto que, durante décadas, foi elemento de desenho da paisagem litoral centro. E, por último, reconhece-se o palheiro como património ameaçado, devido à manifesta pressão exercida pelo desenvolvimento do turismo balnear e pelas políticas urbanísticas da época, provocando o seu desaparecimento.



No terceiro capítulo, procura-se comprovar que a expansão do turismo balnear foi razão da evolução dos aglomerados do litoral como lugares de veraneio, sendo os Planos de Urbanização elementos estruturantes da sua expansão. Mas, estes, também foram a causa do declínio do palheiro. Para tal recorre-se a dois casos de estudo, a Praia de Mira e a Praia da Tocha, de modo a compreender como o desaparecimento desta tipologia popular foi, e continua a ser, uma realidade.

No quarto capítulo, apoiamo-nos na obra teórica e prática de Aldo Rossi, de modo a compreender como a arquitetura pode ser entendida como memória e como a memória pode ser instrumento de projeto. A partir deste pensamento teórico, estabelecem-se as bases de argumentação que permitem alcançar o objetivo da presente dissertação: a recuperação da memória do palheiro.

Por fim, no último capítulo, a preservação e a reinterpretação são os instrumentos de trabalho eleitos para fomentar um pensamento crítico sobre esta tipologia popular. Acredita-se que o palheiro pode ser elemento de reinvenção da paisagem litoral e, por isso, propomo-nos a desenvolver uma solução que responda à questão da habitação temporária de fruição turística.

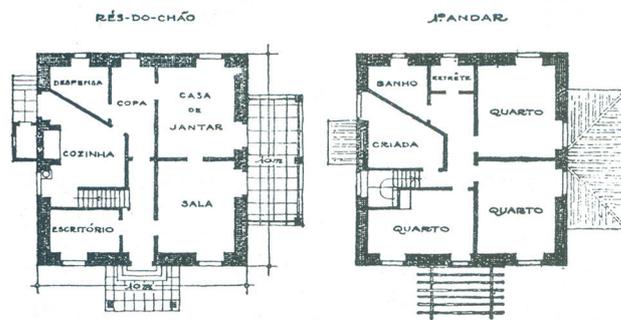


## I. ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL

Em Portugal, a arquitetura popular despertou o interesse da elite intelectual do país ainda nos finais do século XIX, altura em que o movimento da “Casa Portuguesa” emergia como espelho de um discurso nacionalista de reação contra o Ultimato Britânico de 1890.

Arquitetos, antropólogos e etnógrafos dedicaram-se ao estudo e análise da habitação popular, na procura da expressão de uma identidade nacional, que se vai sedimentar nas tradições e raízes culturais, em particular da arquitetura, do país para defender a criação de um estilo genuinamente português.

Mas, os problemas do contexto social e económico da produção da arquitetura só foram efetivamente debatidos com a realização do 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948. O congresso permitiu apresentar uma imagem de unidade profissional sobre a rejeição do *português suave*. Como resultado da negação ao nacionalismo imposto à arquitetura concretizou-se o Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal. Esta vontade de renovação da arquitetura em Portugal coincidia com as investigações arquitetónicas internacionais que seguiam uma certa continuidade da ideia moderna, mas em forma de nova consciência culturalista. As influências europeias, desde o neo-empirismo nórdico até às tendências organicistas da obra italiana e do brutalismo, foram linhas de raciocínio a ter em conta para alcançar os objetivos do Inquérito – a procura de uma arquitetura mais autêntica através do estudo da arquitetura popular, permitindo a fixação da memória de um território em transformação e de um saber secular.



1. Plantas e perspectiva de casa tipo . Movimento da Casa Portuguesa

[Imagem retirada do capítulo ilustrações de LINO, R. (1992). Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples. Lisboa: Edições Cotovia]

## Movimento da Casa Portuguesa

O movimento da “Casa Portuguesa” defendia a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português.

Inicialmente, entre 1893 a 1909, a “Casa Portuguesa” ambicionava a renovação da cena arquitetónica em Portugal, tendo como referência os programas revivalistas de finais do século. Este movimento baseava-se num conjunto de discussões e debates em torno da ideia da casa portuguesa, onde este modelo era compatível com a diversidade morfológica que a habitação popular apresentava.

A partir dos anos 30, Raul Lino, o mais persistente e qualificado intérprete da casa portuguesa e o seu principal teorizador e divulgador, tornou-se figura central deste movimento. Raul Lino estudou quatro anos na Alemanha e na Inglaterra, onde desenvolveu uma simpatia pelos temas românticos e nacionalistas. Autores como Ruskin, Morris e, em geral do movimento inglês *Arts and Crafts*, tiveram influência na sua formação como arquiteto. Regressou a Portugal, precisamente quando o tema da casa portuguesa iniciava o seu processo de implantação na cena intelectual.

A proposta de Raul Lino incidiu sobre um programa que se apoiava na afirmação da identidade nacional, onde o aporuguesamento da arquitetura permitiu a revalorização da mesma. “*Que a casa seja reino para uns, simples ninhos para outros, palácios, baluarte, ou choupana – façamo-la verdadeiramente nossa, reflexo da nossa alma, moldura da vida que nos é destinada.*” (LINO, 1992, pp. 11).

O arquiteto defendia a ideia de casa como lugar sagrado, lugar de proteção da intimidade. Esta devia ser organizada de acordo com uma funcionalidade prática, racional e física, na adequação à natureza, e de uma funcionalidade simbólica, de carácter cultural e histórico, na adequação ao espírito português.

O vocabulário arquitetónico adotado por Raul Lino era de tipo mediterrâneo, onde “*(...) avultam por isso soluções precisas, de forte sotaque sulista, que seriam aquelas que, no seu entender, melhor transmitiriam o espírito português da casa popular.*” (LEAL, 2009, pp. 7).



Entre essas soluções encontrar-se-ia o alpendre, a caiação a branco ou a cores, o telhado com telha manual portuguesa e beiral, a chaminé, o emprego de azulejo, etc. Este vocabulário invocava a indiferença à diversidade regional da arquitetura popular, em prol de uma homogeneização do território português.

Deste modo, o arquiteto assumia-se como um pedagogo, que ensinava a construir a casa portuguesa conforme o enraizado sentimento nacionalista, onde a articulação entre a volumetria e a proporção eram a alma da arquitetura portuguesa. Assim, se defendia que "(...) *o nacional era o popular, o popular era o nacional.*" (LEAL, 2009, pp. 26).

A partir da década de 40, o movimento da "Casa Portuguesa" tornou-se na linguagem nacionalista do Estado Novo, tomando um sentido retrógrado e de combate ao modernismo. Assim, considerou-se a "Casa Portuguesa" como símbolo de identidade nacional, fundamentada em reações contra o estrangeirismo, que testemunhava a desnacionalização de Portugal ao transportar soluções arquitetónicas estranhas ao clima e à paisagem nacional, e em reações contra os revivalismos históricos, recusando o decorativismo historicista que não suscitava o entusiasmo de Raul Lino.

*"Ocorre-me isto a propósito da ideia que tivemos, há bastantes anos, de tentar reaportuguesar a nossa arquitectura. Lembrámo-nos, para começo, de querer acabar com os «chalets», que constituíam o pior insulto das nossas paisagens, e exortámos a gente desta terra a que se deixasse de imitar os suíços, ou lá quem eram, e que de novo se voltasse para a boa maneira portuguesa de construir casas.*

Pois caímos então no mesmo erro da especificação. Deixaram efectivamente de aparecer mais «chalets», mas ficaram ainda os «chateaux», os castelórios as mansões arábicas, os mil e um produtos da fantasia dos curiosos; e quanto ao reaportuguesamento da



## 2. Casa rural tipo . Inquérito à Habitação Rural

[Fotografia retirada de LEAL, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 128-129]

*arquitectura, que devia ser o contraveneno destes desmandos, desencadeou-se tal chuvada de beiralinhos, azulejos, pilaretes e alpendróides, que ainda hoje perdura a maré dos arrebiques inúteis, subvertendo toda a boa intenção!" (LINO, 1992, pp. 103-104).*

Esgotado no seu tempo, o movimento da "Casa Portuguesa" foi obstáculo à renovação da cena arquitetónica. Em 1950, Rocha Peixoto apresenta uma argumentação etnográfica mais elaborada, a contestar a existência de um modelo único de casa portuguesa. Rocha Peixoto defendia a diversidade dos tipos habitacionais populares existentes no país. O ponto de partida da sua crítica passava pela abordagem proto-funcionalista da habitação, onde as condições naturais influenciavam a sua variedade de soluções construtivas. Como exemplo figurativo da sua argumentação estudou o palheiro do litoral, assim como outras habitações populares.

Em meados da década, também se ergueram os arquitetos contra o nacionalismo defendido por Raul Lino e surgiu o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa.

### **Inquérito à Habitação Rural**

O movimento da "Casa Portuguesa" enfrentou um conjunto de resistências provocadas pelas propostas ideológicas do Estado Novo. O Inquérito à Habitação Rural, cujos resultados foram conhecidos em 1940, distinguiu-se como uma das primeiras propostas de resistência desse movimento. Organizado pelo Instituto Superior de Agronomia, sustentava-se em argumentos do neo-fisiocratismo – uma das correntes fundamentais do pensamento agrário do século XX.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Fisiocracia é uma teoria económica, desenvolvida no século XVIII em França, que defende que a riqueza das nações deriva do valor das "terras agrícolas" e que o produto agrícola é a base da acumulação de capital. (FONTE: <http://dicionariportugues.org/pt/fisiocracia>)



Eduardo Alberto Lima Basto foi um dos mais destacados defensores das reformas agrárias propostas por este inquérito. Lima Bastos argumentava que:

*"(...) a habitação rural era uma variável importante na produtividade e na organização racional das explorações agrícolas e como um factor fundamental para a melhoria do nível de vidas das populações rurais e para o desenvolvimento agrícola do país."*  
(LEAL, 2000, pp. 147).

Com o Inquérito conseguiu-se o primeiro levantamento exaustivo da habitação rural em Portugal. A partir de um questionário-guia, orientou-se a pesquisa detalhada sobre este grupo de habitação, atingindo um levantamento minucioso, extensivo e diversificado.

*"Seguia-se uma apresentação detalhada da casa, com a sua localização, a indicação eventual da data de construção e do seu valor actual, a caracterização do seu aspecto exterior, a indicação dos materiais utilizados na sua construção e a enumeração e identificação dos principais anexos agrícolas. As condições de acesso à água e aos esgotos eram também especificadas. Cada uma das divisões internas da casa era depois apresentada, com medidas exactas, indicação das principais mobílias existentes, condições de arejamento e iluminação, etc..."*  
(LEAL, 2000, pp. 150).

Deste modo, a habitação rural era compreendida como elemento de economia agrária, sendo pouco relevantes os aspetos formais e arquitetónicos. O que o Inquérito à Habitação Rural pretendia era enfatizar as questões de higiene, de conforto e do nível de vida que se presenciava na habitação rural e nos seus aglomerados.



### 3. Palheiros da Tocha . Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa

[Fotografia retirada de APP (1988). Arquitectura popular em Portugal. Volume 2. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses, pp. 182]

*"(...) a casa popular deixa de ser analisada através de qualidades como a beleza, a harmonia da composição, o vicejo da cor, para passar a ser vista a partir de categorias como a miséria, a sujidade, a falta de condições higiénicas, o cheiro nauseabundo, etc..."*  
(LEAL, 2000, pp. 163).

As expetativas do Inquérito em relação às condições de habitação rurais eram baixas, mas a realidade superou – para pior – essas expetativas, acabando por revelar a miséria dos campos portugueses. Revelação que provava o fracasso das políticas governamentais, assim como vinha desmentir as ideologias difundidas por António Ferro – imagem paradisíaca de Portugal.

### **Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa**

Em 1948, o 1º Congresso Nacional de Arquitetura marcou um novo período da arquitetura moderna em Portugal. Pensava-se que consagraria o caminho traçado pelo Estado Novo, tal como aconteceu com a Exposição do Mundo Português. Mas, tornou-se numa manifestação de resistência que rejeitava as normas do nacionalismo arquitetónico, baseando-se no conceito de regionalismo e retomando a tradição como princípio orientador da reconstrução de uma identidade territorial.

Com o Congresso, promovido pelo Sindicato Nacional de Arquitetos, intensificava-se o questionamento das imposições estilísticas do regime, na defesa da adoção de uma linguagem arquitetónica modernista. *"Uma grave doença era tratada por meio de uma doença ainda mais grave e da louvável intenção dos reformadores nasceu uma triste realidade."* (TÁVORA, 1947, pp. 6).

Nos anos 50, aumentavam-se as tentativas de diálogo entre a arquitetura erudita e popular, alternativas à "Casa Portuguesa". Assim, surgiu a necessidade da realização do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa. Fernando Távora, no artigo *O Problema da Casa Portuguesa*,



chamava atenção para a necessidade de relacionar a produção arquitetónica com a realidade portuguesa. *“A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções.”* (TÁVORA, 1947, pp. 11). Também Keil do Amaral que, provavelmente conhecia o inquérito feito em Itália, em 1936, sobre a *Architettura Rurale*, lançou, em 1947, o artigo intitulado *Uma Iniciativa Necessária*. O artigo ponderava sobre as condições desfavoráveis da habitação de classes de menores recursos e apelava à necessidade de se tomarem iniciativas que, recorrendo a planos gerais de urbanização, a uma concreta ação fundiária e a medidas de proteção económica, pusessem cobro à ação dos especuladores. Apesar destes apelos iniciais, só a partir de 1955 se concretizava o Inquérito à Arquitetura Portuguesa, visto que só se conseguiu apoio financeiro do governo nesse ano.

Keil do Amaral foi o grande impulsionador do projeto, onde o compromisso entre a linguagem oficial, a modernidade e a procura de raízes verdadeiras da arquitetura tradicional eram alicerce da sua narrativa simples e autêntica.

*“(...)ele foi fomentando a consciência da necessidade de preservar as memórias desse mundo vernacular, não de um modo superficial e romanesco como o faziam as instâncias culturais oficiais, mas antes compreendendo e interpretando as suas condições históricas e contextuais (...)”* (BANDEIRINHA, 2010, pp. 9)

O Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa foi uma das peças fundamentais do processo de reformulação do diálogo entre arquitetura popular e arquitetura erudita que marcou a arquitetura dos anos 50. Tinha como objetivo demonstrar que não existia uma arquitetura portuguesa, como defendia o movimento da Casa Portuguesa, mas que, em Portugal, se manifestava a multiplicidade e diversidade regional da arquitetura popular.



Para a sua realização foram criadas seis equipas com ligações ténues entre si e sem uma metodologia rígida, o que permitia a cada equipa adaptar-se à variedade arquitetónica que ia encontrando. Nuno Teotónio Pereira e Fernando Távora, para além de Keil do Amaral, são personagens com papel de destaque nesta obra. Estes arquitetos procederam a um estudo exaustivo da arquitetura popular. Desse estudo recolheram fotografias, desenhos, levantamentos, notas escritas, etc. A partir desse abundante material prepararam o livro *Arquitectura Popular em Portugal*, publicado em 1961.

*“É uma geração de arquitectos atenta a uma nova adequação social e histórica, interessada em desenvolver com novas coordenadas, que não as impostas até aí pelo fascismo, um processo nacional mais em consonância, de resto, com as preocupações das arquitecturas em toda a Europa.” (COSTA, 1982, pp.25)*

Com toda esta pesquisa provou-se que não existia uma arquitetura nacional mas, várias arquiteturas regionais. Esta ideia de pluralidade regional da arquitetura vernácula foi estudada a partir da contextualização da arquitetura popular por referência a fatores como o clima, a organização económica e social, os hábitos e costumes de natureza etnográfica, partindo do pressuposto que estes são fatores variáveis que influenciam a diversidade tipológica das habitações ao longo do território nacional.

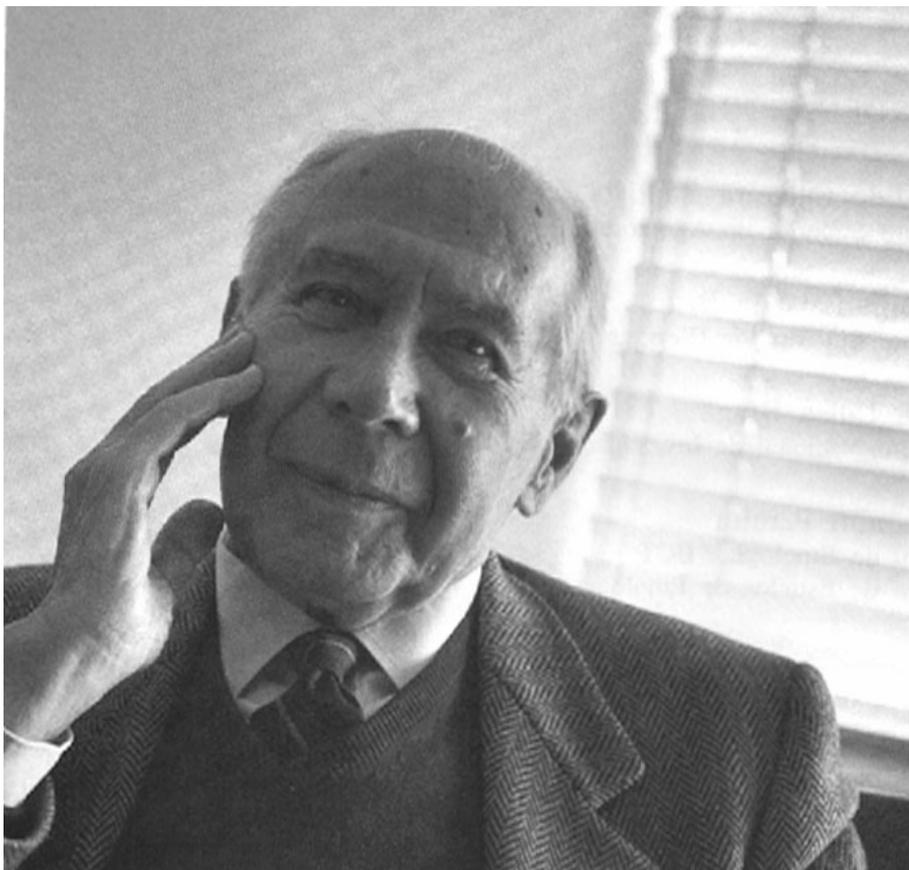


*“Para além do diálogo que estabelece com a paisagem, a arquitectura popular é também valorizada pela interacção que mantém com essas outras condicionantes: da história aos regimes agrários, das formas de povoamento e da estruturação da malha urbana ao tipo de materiais prevaletentes em cada zona – granito, xisto, calcário, madeira, etc... – da adequação da casa a condições naturais como o frio, o calor, a chuva, etc... – à sua relação com a topologia da área. Informada por este olhar multidisciplinar a paisagem da casa portuguesa torna-se no sítio da moderna arquitectura.” (LEAL, 2000, pp. 180).*

As soluções mais elogiadas que se encontraram ao longo desta pesquisa foram soluções que se aproximavam dos critérios arquitetónicos do modernismo: adaptação ao meio, carácter funcionalista, verdade dos materiais e repetição de soluções arquitetónicas. Afinal a arquitetura popular em Portugal era moderna, genuína, simples e económica, transparecendo o valor de verdade em que forma e função equivaliam.

*“(...) além de permitir a desmitificação do alegado estilo tradicional português, mostraria através da evidente conexão entre a forma natural e a forma funcional de construir que a arquitectura popular poderia ser considerada a aliada natural da arquitectura racionalista.” (COSTA, 1982, pp.23)*

Esta conclusão permitiu uma aproximação à arquitetura popular, não através do mimetismo formal, mas antes como lição de coerência e equilíbrio entre arquitetura e paisagem, assim como permitiu o afastamento da prática arquitetónica que se limitava a uma transposição acrítica dos modelos do movimento moderno.



#### 4. Ernesto Veiga de Oliveira

[Fotografia de Valente Alves, recuperada em 18.02.2016:  
<http://alfarrabio.di.uminho.pt/arqevo/textospa/html/evo/image28.jpg>]

*"(...) referir que a obra do passado constituindo um valor cultural do espaço, e porque este é irreversível, não podendo vir a ser o que já foi ou mesmo continuar a ser o que foi, (...) não deverá ser actualizada pela utilização do «pastiche», solução que denuncia apenas a incapacidade de encontrar aquela outra que, por contemporânea, possa ombrear – sem ofuscar nem ser ofuscada – com o valor que o passado nos legou."* (TÁVORA, 2006, pp. 58).

Foi deste modo que o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa teve impacto na produção arquitetónica nacional da época, facilitando a abertura para novas formas de diálogo entre arquitetura moderna e arquitetura vernacular. *"Se esta atitude revela as contradições e a crise que o Movimento Moderno atravessava no contexto internacional dos últimos CIAM, assinala justamente em Portugal o retomar do sentido integrador que parece constituir uma constante da arquitectura portuguesa."* (TOSTÕES, 2001, pp. 31).

O Inquérito *"cristalizava um mundo em perda, fixava uma realidade cuja transformação se iniciava."* (SERRANO, 2013, pp.514). Por isso, com a publicação *Arquitetura Popular em Portugal* pretendia-se a preservação do património de cada região como memória coletiva. *"Porque a arquitectura rural, fazia ainda parte de um património imutável, civilizacional e que por isso, e apesar das contradições inerentes, se deveria preservar."* (SERRANO, 2013, pp.515).

### **Visão antropológica de Ernesto Veiga de Oliveira**

No mesmo período em que os arquitetos desenvolviam o Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal, os antropólogos e os etnógrafos retomavam a reflexão em torno da arquitetura popular.



Em meados da década de 50 e, particularmente, nos anos 60, a investigação de Ernesto Veiga de Oliveira centrava-se no tema da arquitetura popular, onde a casa era abordada como elemento do modo de vida e da cultura camponesa. *"(...) o olhar de Veiga de Oliveira tende a valorizar a casa como um conjunto de instrumentos e técnicas directamente relacionadas com a «produção» das condições de vida e trabalhos dos indivíduos e dos grupos em meio rural."* (LEAL, 2000, pp. 210).

A procura de tipologias habitacionais era uma constante da sua pesquisa. A interpretação etnológica das tipologias estava atenta às formas de articulação da arquitetura como o modo de vida rural e com as diversidades regionais do país. *"(...) a construção dessas tipologias está estritamente associada a uma cartografia da arquitectura tradicional, que inscreve e localiza os diferentes tipos no território e apura as suas manchas de distribuição no espaço."* (LEAL, 2000, pp. 203).

O objetivo do estudo antropológico e etnográfico era a criação de uma imagem, contra a visão da "Casa Portuguesa", que acentuava a diversidade das soluções da arquitetura tradicional portuguesa. Deste modo, os estudos de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores sobre o tema da arquitetura popular foi a mais completa investigação etnográfica e antropológica sobre o tema em Portugal.

A sua obra de investigação compreende quatro grandes núcleos temáticos. O primeiro reúne quinze artigos centrados num conjunto de tipologias habitacionais situadas no Porto e nas suas imediações. O segundo, desenvolvido na década de 60, integra dois estudos monográficos mais extensos e sistemáticos sobre formas de arquitetura popular, caracterizada, ou pela natureza precária dos materiais utilizados nas construções – a madeira, no caso dos palheiros do litoral –, ou pelo carácter transitório da sua ocupação humana – as construções primitivas. O terceiro grupo de trabalhos, com objetivos mais genéricos, investiga, de forma sistemática e exaustiva, um conjunto de tipologias habitacionais populares no país. E o quarto e último núcleo temático, da década de 60, debruça-se sobre a arquitetura popular de carácter utilitário e as tecnologias tradicionais – a casa como instrumento.



Esta pesquisa assentava, do ponto de vista metodológico, na *extensive survey*. Tinha como objetivo proceder a uma cobertura equilibrada e representativa do conjunto do país, assente num trabalho de campo caracterizado pela realização de estudos curtos, mas numerosos, nas áreas sucessivamente cobertas pelos investigadores. Relativamente a cada um dos temas tratados, procurava-se previamente o terreno, reunia-se a bibliografia, de forma a construir alguma familiaridade com o assunto, e identificavam-se algumas áreas e tipos mais representativos, de forma a facilitar a investigação no terreno. A metodologia assentava na seleção dos exemplares mais relevantes que eram desenhados, fotografados e analisados ao detalhe. Também era recolhida a terminologia local, identificavam-se as técnicas de construção e recolhiam-se indicações de outros tipos semelhantes e/ou diferentes nas imediações, que seriam visitados mais tarde.

A visão antropológica e etnográfica de Veiga de Oliveira, enaltecida pelo fascínio do tradicional, enfatizou a natureza patrimonial da arquitetura popular. O seu estudo idealizava a arquitetura como tecnologia do modo de vida rural, ancorada na história que a caracterizava.

*"(...) como a arquitectura popular é, sobretudo, o testemunho de um modo de vida e de um modo de vida por detrás do qual se perfila a sombra da história. É essa dupla dimensão, para além do seu valor estritamente estético, que faz da arquitectura popular um objecto digno do olhar erudito." (LEAL, 2000, pp. 219).*

Este conjunto de estudos era parte integrante de um programa mais vasto e ambicioso de pesquisa sobre o modo de vida camponês. Procurava fornecer uma visão de conjunto do Portugal rural, onde a arquitetura popular surgia como elemento de valor essencialmente cenográfico.



Devido à emigração, na década de 60, o desaparecimento da arquitetura popular era uma realidade. Deste modo, a obra de Veiga de Oliveira patenteava uma posição pedagógica, onde existia a vontade da permanência do saber tradicional. Como exemplo, *Palheiros do Litoral Central Português*, de 1964, surgiu como um pequeno manual de construção de palheiros. “*A minúcia é tal que ainda hoje poderíamos usar essas monografias como uma espécie de manuais práticos de construção.*” (LEAL, 2009, pp. 60)

Assim, triunfava a imagem da arquitetura popular portuguesa.

### **Conclusão**

No final do século XIX e início do século XX, surgiu em Portugal uma vontade de caracterizar a arquitetura. A procura de uma arquitetura especificamente portuguesa foi iniciada com o movimento da “Casa Portuguesa”, cuja argumentação se baseava em desígnios nacionalistas.

Contra esta ideia apresentou-se o Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal de forma a rever as questões essenciais e unificadoras da arquitetura portuguesa, onde o regionalismo crítico e a modernidade eram os principais critérios do seu raciocínio.

Ambos foram movimentos importantes para história da arquitetura em Portugal, embora distintos do modo de pensar e agir sobre a arquitetura do universo rural e popular.

Mas este processo de reinvenção da arquitetura popular portuguesa não se cingiu à ação dos arquitetos. Desde os finais do século XIX que ensaístas, historiadores, engenheiros e etnógrafos se debruçavam sobre o tema. Eram, porém, os arquitetos e os antropólogos que possuíam maior aproximação à arquitetura popular, enquanto reflexo dos modos de vida tradicional.

Se a arquitetura popular é património tal se deve a estes diferentes estudos. Eles convergiram numa direção comum – a institucionalização da arquitetura popular.



Os arquitetos do Inquérito à Arquitetura Regional submeteram a sua apreciação seguindo critérios estéticos do movimento moderno dos anos 50/60, enquanto Veiga de Oliveira e os seus colaboradores sublinhavam a visão patrimonial da arquitetura popular como testemunho de um modo de vida. Enquanto Ernesto Veiga de Oliveira e os seus colaboradores eram metodologicamente mais rigorosos e procediam à sistematização da diversidade tipológica da arquitetura popular portuguesa, os arquitetos apresentavam as diferentes tipologias, de forma liberal e não sistematizada, consoante as regiões observadas.

Os estudos de Veiga de Oliveira acrescentavam, ainda, à habitação popular uma dimensão histórica enquanto, na reflexão de Raul Lino e do Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal, a dimensão histórica da arquitetura popular não chegava a ser verdadeiramente trabalhada, mas apenas um pressuposto que influenciava o seu estudo.

No capítulo seguinte pretende-se compreender uma das tipologias estudadas tanto por Ernesto Veiga de Oliveira como pelo Inquérito à Arquitetura Regional – os palheiros do litoral central. Os palheiros são um testemunho histórico de um mundo desaparecido e, por isso, repositórios do valor cultural da arquitetura popular da zona litoral, no seu sentido de autenticidade, continuidade e identidade.



## II. OS PALHEIROS DO LITORAL CENTRAL PORTUGUÊS

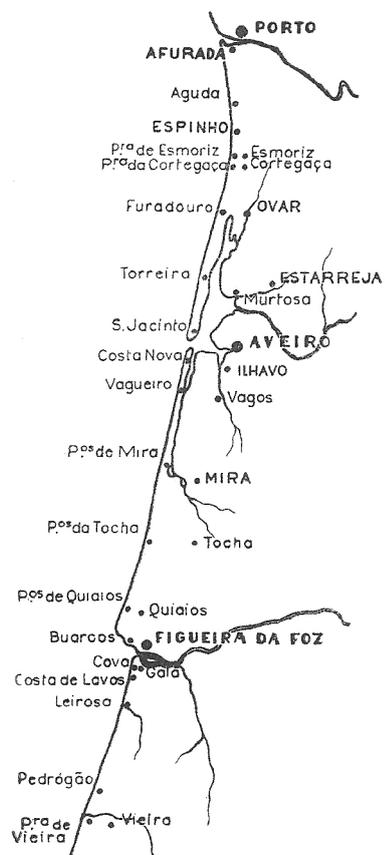
### O palheiro como expressão da cultura popular

Durante séculos o litoral português foi território desconhecido, deserto e hostil. Foi ignorado e evitado por estar associado a más experiências como ataques de pirataria, naufrágios, temporais e invasões marítimas.

A ligação do povo português ao mar é um legado muito antigo que deriva da condição nacional de finisterra da Europa.

A necessidade de habitar a praia permitiu a fixação de aglomerados ao longo da costa litoral portuguesa. No caso do litoral centro português surgiu uma forma peculiar de ocupação do território. De carácter efémero e precário apareceu o palheiro – construção de madeira de base palafita.

*“O palheiro do litoral central – que em alguns casos é mesmo montado sobre estacaria, como meio de defesa contra a invasão das areias que o vento arrasta – é também, nas várias formas que apresenta, uma construção inteiramente em materiais vegetais – o tabuado para as paredes, e a palha, o estorno (*Amophila arenária*), ou o junco para a cobertura.”*  
(OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1994, pp.191-192).



### 5. Mapa territorial de implantação de palheiros

[Imagem retirada de OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1964). Palheiros do litoral central português. Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, pp. 10]

Os primeiros palheiros datam do século XIII. No entanto, foi no século XVIII, com a introdução da arte xávega, pela chegada de galegos e catalães, que se impulsionou o desenvolvimento económico dos pescadores que residiam no litoral centro, potenciando a edificação de palheiros. Durante o século XIX, os palheiros assumiram-se como forma de habitar a praia e propagaram-se por quase toda a costa portuguesa.

*"A xávega é a mais importante das nossas pescas costeiras e de arrasto para a terra, própria e praticável apenas nos litorais de fundos limpos e livres de rocha (...). Além disso, ela é uma pesca de campanha, que pressupõe o esforço colectivo e a existência de grupos regulares de pescadores organizados socialmente, nos pontos onde é praticada." (OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp.261)*

### **Implantação**

O palheiro era o tipo de habitação predominante no litoral centro português. Esta tipologia estendia-se desde Espinho à Praia de Vieira de Leiria, ocupando cerca de cem quilómetros de comprimento da faixa costeira. Esta caracterizava-se por ser uma "(...) *faixa linear e nua de areias quaternárias, sem quaisquer penedos ou acidentes geográficos, baías ou outras reentrâncias (...)*" (OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1994, pp.191-192) que pudessem servir de abrigo aos pescadores e às suas embarcações. As características geográficas mencionadas condicionavam a fixação de população neste território e apenas o casario de madeira de carácter palafita dava resposta a estas condições territoriais.

O litoral centro foi colonizado por Ílhavos, Murtoseiros e Varinos.



*“Esses núcleos foram fundados por gentes de Ovar, Murtosa, e Ílhavo, que aí difundiram as suas artes e as suas casas, e que de resto se expandiram ainda mais para Sul, atingindo os areais então ainda desertos da Caparica e Santo André, e indo mesmo até à costa do Algarve.”* (OLIVEIRA; GALHANO; PEREIRA, 1994, pp.191-192).

Inicialmente, os colonos instalaram-se de forma provisória. Mas ao longo dos meses da faina, os homens e as suas famílias acabaram por se fixar, dando origem a aglomerados populacionais compostos por conjuntos de palheiros. A Praia da Vagueira, Praia de Mira, Palheiros da Tocha, Palheiros de Quiaios, Costa de Lavos, Praia da Vieira são exemplos deste tipo de aglomerados. *“É precisamente pelo desenvolvimento destes obscuros núcleos de barracos ou palheiros que hoje, (...), se processa o povoamento deste sector costeiro (...)*” (OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp.264)

Os palheiros implantavam-se no areal de forma dispersa ou linear originando *“(...) arruamentos mais ou menos regulares (...)*” (OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp.264) e erguiam-se, geralmente, no alto da duna, acompanhando a orla costeira.

Originalmente, estavam estritamente relacionados com a condição da faina e resultavam da necessidade de abrigo temporário dos pescadores e dos seus apetrechos. *“Só o pescador resiste assentando a habitação sobre estacas altas para vasante das areias e marcando assim, no povoado, um novo aspecto da sua adaptação e engenho.”* (PEIXOTO, 1990, pp.80). A atividade piscatória, principal razão de ocupação do litoral, contribuía para o sustento da população. O peixe era a base da alimentação associada à privação da carne como imposição religiosa e à abundância do alimento. De carácter sazonal, a pesca desempenhava-se no Verão e, por isso, todas as dinâmicas que lhe estavam subentendidas desapareciam com a chegada do Inverno.



## 6. Aglomerado de palheiros . Praia da Tocha

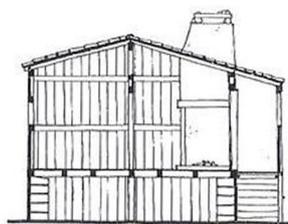
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

*"(...) as pescadeiras, que iam buscar o peixe para vender às aldeias do interior; os vendeiros e taberneiros, que abasteciam o lugar; as autoridades fiscais; (...)"* (OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp.264) Os próprios palheiros não permitiam a estadia para além do mês de Novembro, devido às difíceis condições de habitabilidade perpetuadas pelo clima, as fracas acessibilidades, a inexistência de transportes, a falta de água potável, etc. Estes ficavam desamparados à espera da próxima temporada de labor.

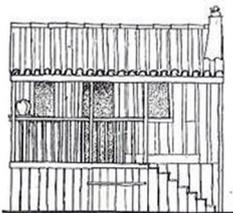
*"Terminada, porém, a época, e durante o Inverno, toda essa animação e movimento desaparecia e os palheiros ficavam desertos; as gentes piscatórias nada ali podiam fazer que lhes aguentasse a vida (...) e regressavam ao interior, procurando diversos meios de subsistência (...)"* (OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp.264-265)

Posteriormente, no final do século XVIII e sobretudo no início do século XIX, as estadias tornaram-se mais prolongadas, visto que foram criadas melhores condições de habitabilidade. Deste modo, os palheiros passaram a ser habitação permanente dos pescadores e das suas famílias.

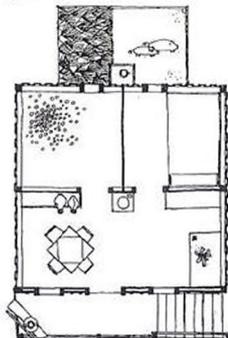
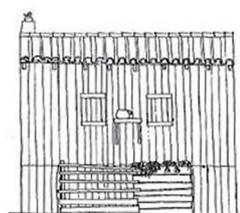
*" (...) eles transformam-se, com a progressiva fixação dessas pessoas, em verdadeiras casas de residência permanente, que funcionam depois como pontos de atracção de outras gentes de várias classes. E assim surgem de facto, a partir deles, verdadeiras póvoas marítimas, de mais ou menos magnitude, importância e futuro."* (OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp.265)



Corte



Alçados



Planta



P. DE VIEIRA

## 7. Tipologia . Planta, corte e alçados . Praia da Vieira

[Imagem retirada de APP (1988). Arquitectura popular em Portugal. Volume 2. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses, pp. 215]

## Tipologias

O palheiro, como tipologia dominante da costa litoral, era elemento de unidade territorial. Esta tipologia preservava características arquitetónicas do tipo palafita, podendo haver, ocasionalmente, variações associadas à sua diferente localização.

A norte do Douro, a construção de “barracos” de madeira servia de abrigo temporário a pescadores, cabaneiros e sargaceiros, sendo mais tarde substituídos por casas de pedra. (OLIVEIRA; GALHANO, 1992, pp.256)

Além Douro, no litoral centro erguiam-se palheiros de planta retangular, simples, “*Nem ornatos, nem enfeites.*” (PEIXOTO, 1990, pp.79), com poucas divisões, assentes em estacaria, que se abriam para a rua ou praia, onde a vida do aglomerado acontecia. “*A vida passa-se em frente da casa. No chão arenoso as crianças brincam à mistura com os cães, enquanto as mulheres remendam os trapos e os homens esperam.*” (APP, 1988, pp.147)

Esta tipologia tinha uma cobertura de duas águas, com uma das empenas virada para rua. “*(...) com telhados de duas águas por vezes muito inclinadas, de empena sobre a rua, outrora cobertos de colmo ou estorno e, hoje, de telha.*” (OLIVEIRA; GALHANO, 1992, pp.257)

No exterior, o palheiro apresentava uma fachada simples, com porta ladeada por duas janelas. Por vezes eram coloridos.

O espaço térreo, entre a duna e a estacaria, podia ser aberto, comunicando com a praia, ou totalmente fechado com tabuado de madeira. Este era aproveitado para arrumação de objetos da vida marítima. “*Quando o edifício se ergue sobre estacaria, mais ou menos alta, o espaço térreo sob a casa é geralmente aproveitado para arrumação de aprestos marítimos.*” (OLIVEIRA; GALHANO, 1992, pp.257)

A zona de habitação encontrava-se no primeiro piso, sobre a estacaria, acedendo por escada ou rampa.



No interior, o palheiro tinha poucas divisões. A planta livre enfatizava a cozinha, tornando-se no espaço mais importante da habitação. O lume era feito numa caixa de barro ou de areia, normalmente encostada à parede. Este era o espaço de reunião familiar.

*" (...) a cozinha, que é, de acordo com a regra, a divisão mais importante e onde decorre a vida de relação da família, tem a lareira ou borralho de tijolos – o xógão – para colocar as panelas quando se tira a comida (Mira), e o chão de terra batida."* (OLIVEIRA; GALHANO, 1992, pp.257)

A partir da cozinha acedia-se às alcovas, espaços para dormir de dimensão reduzida, e a outros espaços da habitação. A latrina, normalmente, situava-se entre a estacaria, ao nível do rés-do-chão, caso existisse. *"Os sanitários, recentes e raros – existem apenas nos palheiros alugados a banhistas (...)."* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.68). O escoamento da latrina era feito *"(...) com um cano de tábuas que desce a mergulhar na areia."* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.68).

Originalmente, o palheiro era de dimensões mínimas com um só piso. Estes serviam apenas de abrigo temporário e encontravam-se em lugares de menor importância, como por exemplo nos Palheiros da Tocha. *"Aqui, as casas – que nunca ultrapassam um tamanho mediano, e frequentemente são minúsculas, empoleiradas no alto das estacas, por vezes muito elevadas (...)."* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.66). Mas, ao longo do tempo, os palheiros metamorfoseiam-se em edifícios de maiores dimensões, podendo atingir os dois pisos. A fachada era mais elaborada. Consequentemente, a planta era organizada em corredor. O palheiro era composto por maior número de divisões internas, como por exemplo quartos que permitiam maior número de ocupantes. Este tipo de palheiro era encontrado essencialmente em Palheiros de Mira, cuja ocupação deixava de ser apenas de habitação para servir também de pensões.



## 8. Palafita . Praia da Tocha

[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

## Materiais e sistemas construtivos

A construção do palheiro em madeira não era capricho do homem. Esta opção justificava-se pela facilidade em obter esta matéria-prima devido à proximidade do Pinhal de Leiria e ao seu baixo custo. A madeira de pinho, para além de em contacto com o ar salino se tornar mais resistente, também se adaptava facilmente às condicionantes geográficas do território. O uso da madeira na construção do palheiro permitia o seu reconhecimento como uma extensão do barco de meia-lua, usado pela xávega.

*“São poucas as construções do País que se furtam ao emprego da madeira, mas o papel do material no todo do edifício é condicionado pela facilidade da sua obtenção, relacionada, evidentemente, com a cobertura florestal. (...) o pinhal de Leiria funciona como determinante da Arquitectura da região, levando a madeira a ocupar um papel predominante e por vezes exclusivo na construção. (...) A construção de madeira, para além de ser imposta pela presença do pinhal, está certa para as condições naturais da região – funciona de maneira correcta em relação ao chão arenoso e à humidade que o ar do mar traz consigo.”*  
(APP, 1988, pp.181)

A composição palafita do palheiro era resposta às condições geográficas do território.

*“(...) quando, caso mais frequente, a pesca é a sua exclusiva ocupação, adaptou o palheiro à instabilidade do solo que habita. Vencer ou atenuar esta acção dinâmica terrestre (...) foi o que conseguiu com as habitações sobre estacaria.”* (PEIXOTO, 1990, pp.85).



Segundo Veiga de Oliveira, os sistemas construtivos nem sempre eram uniformes, podendo variar consoante o aglomerado em que o palheiro era construído. A construção em madeira podia apresentar-se sob sistema de pau de pique, revestidos até ao solo – tipo do Furadouro; sistema de estacaria independente, com grade – tipo de Mira; sistema de pau a pique – tipo de Vieira; e, sistema de vigas – tipo de Esmoriz. No sistema de pau-de-pique, a estacaria era cravada no solo a partir de escavação. Após o aterro as estacas eram unidas por vigas, onde assentaria o pavimento. No sistema de estacaria independente, após a escavação do poço de fundação e colocada a estacaria, uniam-se a estacas e formava-se uma grade, onde posteriormente se construía o pavimento. (RIBEIRO, 2011, pp.43-44) Este é o sistema construtivo mais importante – tipo Mira, usado entre a Costa Nova e a Leirosa. *“Este tipo tem, no sector em questão, um carácter marcadamente tradicional e constitui uma das formas primitivas mais originais da arquitectura popular regional (...)”* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.110).

O sistema construtivo das paredes podia ser realizado de quatro sistemas diferentes: sistema simples, sistema tarugado, sistema enfunecado, sistema entramado. No sistema simples, a parede era feita sem qualquer reforço, recorrendo apenas a frechal inferior e superior. No sistema tarugado, além dos frechais inferior e superior, eram colocadas peças horizontais pregadas ou entaladas às peças verticais. No sistema enfunecado eram aplicadas pequenas escoras oblíquas em toda a parede. E no sistema entramado eram colocadas peças horizontais pregadas às peças verticais de elevação, tornando a parede bastante rígida. (RIBEIRO, 2011, pp.44)

O revestimento exterior do palheiro era construído em tabuado. A madeira podia ser trincada, quando colocada em posição horizontal e aplicada com sobreposição das peças, ou justaposta, quando colocada na vertical. O seu remate, no exterior, era composto por uma ripa, tanto na posição trincada – utilizada em edifícios de maior dimensão, ou quando se usavam tábuas de menor comprimento –, como na justaposta – onde a colocação das tábuas na vertical implicavam uso de forro. (RIBEIRO, 2011, pp.39)



## 9. Telhados de duas águas . Praia da Tocha

[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

Normalmente, eram aproveitados óleos e/ou restos de tinta usada nas embarcações para pintar os palheiros.

*“O esmero que a gente do mar põe nos seus instrumentos de trabalho mantém-se igualmente na habitação: protegem-na com o óleo queimado das traineiras, a que adicionam pigmentos baratos e pintam os vãos com as sobras das tintas vivas dos barcos.”* (APP, 1988, pp.207)

A cobertura original era em palha, estorno ou junco. Mais tarde, estes materiais foram substituídos pela telha. No interior, o forro da cobertura era construído em tabuado trincado como no revestimento exterior das paredes.

### **O palheiro como elemento de identidade e unidade territorial**

O palheiro foi objeto de humanização da paisagem, visto que a proliferação desta tipologia ao longo da costa litoral portuguesa distinguiu o modo de habitar este território, que até ao século XVIII se encontrava deserto. Esta tipologia estava estritamente relacionada com a pesca, devido à sua implantação na duna. Era conhecida como a habitação adequada à praia e ao pescador. *“A sua casa, pois, o seu palheiro, é a imagem do seu viver, sóbrio, estritamente limitado às necessidades que, em quota ínfima, carece de satisfazer para a manutenção duma existência quase bárbara.”* (PEIXOTO, 1990, pp.78)

Também se considera elemento de identidade e unidade territorial, visto que as suas questões formais e construtivas se adaptaram às particularidades da região. Por exemplo, a construção sobre estacaria era a única maneira das habitações sobreviverem aos ventos fortes de norte, que ali se faziam sentir e de se adaptarem ao terreno arenoso, característico da zona de implantação. Tal como o material construtivo evidente ser a madeira, devido à proximidade com a floresta que permitia o fornecimento de matéria-prima.



10. Gandaresas no paredão . anos 70 . Praia da Tocha  
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

*"A construção em madeira, e em especial a do tipo palafítico, nesta zona, parece portanto constituir em geral uma solução meramente funcional, relacionada primariamente com as condições naturais características da região: a falta de pedra, a instabilidade das areias, e ainda o processo inicial de povoamento, feito a partir de instalações temporárias dos pescadores, que vinham de fora e ali permaneciam apenas num período limitado."*(OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.120)

De certa forma, o palheiro era objeto arquitetónico de elevado valor técnico que prolongava identidades. Transportava consigo uma história cheia de tradições, com uma materialidade e uma forma de construir própria que não devem ser descuradas na realização da arquitetura, mantendo assim o cariz de cada lugar. *"(...) constituem formas de cultura local rigorosamente tradicionais, cuja origem e explicação se perdem mesmo nos tempos."*(OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.119).

### **O palheiro como património ameaçado**

No início do século XX, com o desenvolvimento do turismo no litoral, foi evidente a apropriação dos palheiros como refúgio de férias. *"(...) a invasão dos banhistas, que só começaram a afluir depois da abertura da estrada, e que sendo geralmente gente modesta, alugavam os palheiros sem lhes impor melhoramentos de qualquer espécie, aceitando a sua incomodidade (...)"* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.69). O aumento da procura turística destes aglomerados permitiu uma evidente alteração da fisionomia destas povoações do ponto de vista social, com mudanças culturais acentuadas e uma particular destruição do modo de viver e de construir.



### 11. Nova escala arquitetónica . Património ameaçado . Praia de Mira

[Fotografia recuperada em 18.01.2016: [www.praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed\\_da\\_Tabacaria\\_Nilo\\_Praia de Mira.jpg](http://www.praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed_da_Tabacaria_Nilo_Praia_de_Mira.jpg)]

Foi durante o Estado Novo que a ocupação do litoral português suscitou o interesse político, económico, social e intelectual. A busca das praias como áreas de lazer e fruição implicou o crescimento e a transformação das povoações costeiras, suscitando pressão urbanística sobre este território.

Os aglomerados do litoral tiveram que se adequar ao mercado da oferta e da procura do turismo de massas. Com o aumento da procura da praia foi necessário criar condições para receber e albergar os banhistas. Foram construídas vias de comunicação para melhor afluência ao litoral, o que permitiu a chegada de novos materiais, como o adobe e a pedra, que vieram substituir os métodos construtivos tradicionais. *“O aparecimento de casas de tijolo, adobe ou mesmo pedra, que (...) se vão agora infiltrando no velho aglomerado, quebrou finalmente a pitoresca unidade daquele conjunto excepcional (...)”* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.70). Também foram criadas infraestruturas e equipamentos, como o hotel e o casino. *“(...) estas estruturas vêm reforçar o carácter democrático da Praia enquanto lugar de vida colectiva, constituindo-se como espaços privilegiados de interacção social e de representação simbólica.”* (LOBO, 2012, pp. 111). A nova escala arquitetónica dos equipamentos e dos blocos habitacionais entrava em conflito com a pequena escala do palheiro. *“As rupturas começam quase sempre pela nova escala introduzida pelo hotel e pelos blocos de apartamentos consentidos em lotes de casario contínuo e ruas estreitas.”* (PORTAS, 1991, pp.92).

Deste modo, o turismo balnear sobrepôs-se à atividade piscatória. A xávega acabou por desaparecer, dada a incapacidade de competir com as traineiras. Tal como os palheiros, que desapareceram precocemente devido aos novos objetivos urbanísticos que orientaram a ocupação litoral, modificando profundamente a sua paisagem original.

*“Dentrode pouco anos, das proas erguidas na largueza sem fim dos areais, junto das casas descoradas pelo sal e escurecidas pelo tempo, não restará senão uma vaga e, porventura para alguns, saudosa e melancólica memória.”* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.121).



Atualmente, os palheiros que ainda possam existir encontram-se muito degradados e/ou devolutos, ou recuperados de forma deficiente.

No capítulo seguinte analisa-se o caso da Praia de Mira e da Praia da Tocha de modo a compreender como, efetivamente, o turismo balnear e as políticas urbanísticas de épocas passadas foram fatores dominantes para o desaparecimento desta tipologia popular.



### **III. TURISMO BALNEAR. OS CASOS DA PRAIA DE MIRA E DA PRAIA DA TOCHA**

#### **Contextualização**

O turismo balnear, sustentado pela preocupação com a saúde e o cuidado do corpo, iniciou-se em Inglaterra e França, a partir dos meados do século XVIII.

Com a liturgia higienista de oitocentos, o conceito de beleza alicerçava-se no bem-estar físico e moral, e no aspeto saudável do corpo. Deste modo, emergiu o desejo da praia, onde o mar se impunha como imperativo terapêutico, surgindo o banho-de-mar. Esta prática permitia restabelecer o equilíbrio entre o corpo e a mente. O choque causado pela diferença térmica provocava uma reação brusca no corpo, suscitando a contração dos tecidos e a aceleração da respiração, o que estimulava a circulação e o sistema nervoso, aumentando a vitalidade de todos os órgãos. Esta prática era vista como um tratamento do foro psíquico – melancolia, ansiedade, histeria – sobretudo para mulheres e crianças.

*“As senhoras são, de resto, a par das crianças, um dos alvos preferenciais desta nova terapêutica, sendo o banho de mar de grande utilidade para os usos da toilette feminina e para o combate, pela higiene e pela disciplina, de diversos estados patológicos associados à civilização moderna. Nesse sentido, o programa doméstico da vida à beira-mar constitui um importante complemento da hidroterapia.” (LOBO, 2012, pp. 105).*



12. Barrinha como espaço de contemplação . 1954 . Praia de Mira  
[Fotografia recuperada em 18.01.2016: [http://praia-de-mira.com/?page=fotos\\_antigas](http://praia-de-mira.com/?page=fotos_antigas)]

Em Portugal, foi no século XIX que se começou a usar a água do mar com fim terapêutico.

A maior afluência de banhistas ao litoral só se verificou, na segunda metade de oitocentos, quando a corte se instalou em Cascais durante o Verão. Este acontecimento foi um estímulo para que o banho-de-mar se tornasse moda em Portugal. Na tentativa de imitar a aristocracia, este converteu-se em local de recreio e convívio. A praia transformou-se num espaço público, sujeito a regras que estabeleciam um tipo de vestuário específico e dividia o tempo em momentos de obrigações, distrações e prazeres. Inicialmente, o areal não era atrativo. As distrações e os prazeres tinham lugar em esplanadas, avenidas marginais ou cais, onde a contemplação da paisagem era feita à distância. Mais tarde, a praia tornou-se num espaço lúdico. Para além do banho desenvolveram-se passatempos e outras atividades, como por exemplo o desporto, e o tempo de permanência à beira-mar foi prolongado. Desapareceu o ideal da pele clara e afirmou-se o gosto pelo bronzeado.

*"A partir do momento em que o espectáculo do banho passa a ter lugar na Praia, ao ar livre e sob o olhar de todos, o respeito pela privacidade e pela ordem social estabelecida torna necessária uma codificação rigorosa dos rituais de interacção com o meio litoral. Em Portugal, por definição do Domínio Público Marítimo, a Praia é um espaço democrático, ao alcance de todos, permitindo a convivência de classes e de géneros. Proximidade que vai ser desconstruída através de um desfasamento temporal e espacial da frequência da Praia. Assim, o horário do banho, o período do ano e o local escolhidos para realizar a vilegiatura balnear vão funcionar como marcas de distinção social. A própria duração do retiro à beira-mar é determinante para essa classificação." (LOBO, 2012, pp. 105).*



### 13. Expansão do aglomerado de Palheiros de Mira

[Fotografia recuperada em 28.02.2015: <http://perlbai.hi-pi.com/blog-images/504487/gd/1234283905/Avenida-principal.jpg>]

No início do século XX, com a democratização do acesso ao litoral, houve grande preocupação com o desenho da forma urbana, principalmente com o desenho das estâncias balneares – principais pontos turísticos de Portugal.

Assim, surgiram os Planos Gerais de Urbanização que vieram suceder aos antigos Planos Gerais de Melhoramentos. Para tal surge a Direção Geral de Serviços de Urbanização [DGSU], já preconizada desde 1942 pela Secção de Melhoramentos Urbanos do Ministério das Obras Públicas e das Comunicações. À frente das Obras Públicas do Estado Novo aparece Duarte Pacheco que pretendia, através dos Planos de Urbanização, "*(...) a criação de uma imagem urbana representativa da presença e do poder do Estado, através do desenho e da articulação dos edifícios e do espaço públicos na definição da forma da cidade.*" (LOBO, 2012, pp. 492).

O processo de elaboração dos planos inicia-se, quase sempre, com a execução de levantamentos e inquéritos, avaliando as situações e os problemas, e até mesmo as valências, que os aglomerados urbanos em causa apresentam. Estes eram entregues a "*(...) um arquitecto ou engenheiro civil competentes e acompanhado de elementos complementares, entre os quais uma Planta de Orientação, um Plano de Apresentação e uma Planta de Trabalho.*" (LOBO, 2012, pp. 480). Mas a iniciativa partiria das Câmaras Municipais.

Os Planos Gerais de Urbanização para os aglomerados balneares diferiam de outros planos, uma vez que se pretendia criar uma cenografia capaz de transmitir um novo comportamento social – o turismo balnear. A conquista do turismo como fator económico, social e cultural para o desenvolvimento nacional permitiu a encenação turística do país com a intensiva propaganda de António Ferro.

Os Planos de Urbanização para as praias da costa portuguesa estipulavam quatro características fundamentais: a presença da marginal marítima "*(...) herdada da prática urbanística oitocentista e que vai permanecer como elemento estruturador da expansão balnear, quer seja sob a forma de Estradas, Avenidas, Esplanadas ou Passeios, definindo o limite, poente ou sul, do aglomerado (...).*" (LOBO, 2012, pp. 560);



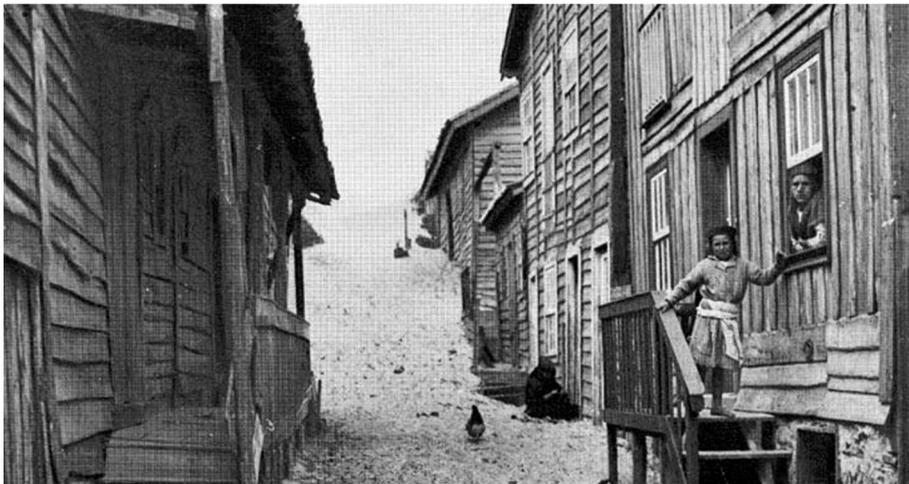
14. Praia como principal destino de férias . Praia da Tocha  
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

a presença de um eixo estruturante perpendicular à linha de costa; a presença de equipamentos “ (...) *mais emblemáticos da estância balnear - o Hotel e/ou o Casino - implantados lado a lado na Marginal ou de cada lado daquele eixo, de preferência no seu remate junto ao mar (...).*” (LOBO, 2012, pp. 560); e a definição de zonas de habitação colectiva e unifamiliar – a Zona Residencial Balnear, “ (...) *reservada à moradia unifamiliar isolada, que, em contraponto ao grande gesto cenográfico do Centro Turístico, se espraia uniformemente pelo território, ao longo da costa, em núcleos de desenho mais geometrizado ou mais orgânico.*” (LOBO, 2012, pp. 560).

Com o aumento da população e a grande concentração urbana, conseqüente do êxodo rural, houve necessidade de fugir das tensões quotidianas. O desenvolvimento das vias de comunicação, tal como a expansão do uso do automóvel particular, permitiram maior facilidade de deslocação do homem comum, tornando o litoral acessível a todos. Com o aumento de rendimentos associado ao aumento do setor terciário, a generalização das férias ocorreu a partir dos anos 60 e passaram a ser, por direito, pagas.

Deste modo, a praia converteu-se no principal destino de férias dos portugueses e na maior atração turística do país. O litoral passou a ser visitado sazonalmente por grandes massas populacionais, revigorando a pujança social que se fazia sentir. Conseqüentemente, houve alterações na sua génese tradicional. Os aspetos naturais e físicos da paisagem foram moldados para se ajustarem às exigências da população sazonal.

Como exemplo prático do que foi referido estuda-se o caso da Praia de Mira e da Praia da Tocha de modo a comprovar que a expansão do turismo balnear é razão da evolução dos aglomerados piscatórios do litoral central português, mas também do declínio do palheiro como elemento de identidade e unidade territorial.



### 15. Ruas estreitas e tortuosas . Praia de Mira

[Fotografia recuperada em 13.10.2014: [http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Edicao\\_Aq\\_Pessoa\\_Praia\\_de\\_Mira-Palheiros.jpg](http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Edicao_Aq_Pessoa_Praia_de_Mira-Palheiros.jpg)]

## Praia de Mira

A Praia de Mira era, em 1835, uma aldeia denominada Costa do Mar e Palheiros de Mira, frequentada temporariamente por pescadores. Em meados do século XIX, o aglomerado populacional apropriou-se da orla costeira e o casario de madeira ocupava toda a extensão do litoral. *“Palheiros de Mira parece ser, por volta de 1860-1870, uma povoação fixada sem dúvida com pequeno número de famílias, que se dedicavam principalmente à faina da pesca, embora já preocupadas também com a cultura dos campos (...).”* (BRITO, 1981, pp. 35).

A sua inserção geográfica é caracterizada pela presença da praia, no litoral, a Barrinha de Mira, a nascente, e ainda a Mata das Dunas de Quiaios, a sul. Esta conjugação de ambientes naturais diferentes confere-lhe grande notoriedade. *“Estes dois acidentes naturais – dunas e lagoa – condicionam a estrutura da povoação: as casas apertam-se umas de encontro às outras formando estreitas vielas arenosas que descem dos flancos leste e sul das dunas e acabam por desembocar nas estradas referidas – a de Mira e a florestal.”* (BRITO, 1981, pp. 43).

A Praia de Mira era o mais importante e sugestivo aglomerado de palheiros, onde esse tipo de construção atingiu maior perfeição e complexidade.

*“De Cantanhede a Mira são quatro horas de caminho. Pinheiros, sempre pinheiros, e um cantar desabalado de cigarras como nunca ouvi na minha vida. (...) por fim Mira, terra de pescadores, palheiros de madeira estacados na ondulação da duna, que sobe com uma vaga até ao alto. De um lado uma poça, do outro, lá no fundo, o mar levantando a areia com o bater compassado e eterno. Atravesso o charco por um pontilhão. Subo uma rua. Escurece. Palheiros, tábuas podres, estábulos de cavalgaduras e armazéns de salga. Mulheres, crianças, porcos.*



*Subo sempre entre barracas velhas, algumas com os pés metidos na água; outras, lá em cima, derreadas e cambadas, defendendo-se da areia que as subverte com paliçadas de pinheiro. Sombras, confusão de ruelas fedorentas e escuras, falatório nas tabernas, restos de peixe por toda a parte e de ceirões velhos que apodrecem, entre a vida que pulula e ao ar do mar que vem do largo e tudo varre e purifica. Com a noite a confusão redobra: a terra parece maior e mais escura. Continuo a subir e lá no alto descubro enfim o mar, mais palheiros esparsos no esplêndido areal e alguns barcos estranhos e arcaicos, que erguem até ao céu as proas e as popas desmedidas." (BRANDÃO,1989, pp.88/89)*

Originalmente, os palheiros encontrados na Praia de Mira eram de pequenas dimensões. "(...) *muito toscos, de planta rectangular e telhado de duas águas, com uma porta e uma ou duas janelas, sem revestimento nas divisões interiores, de um só piso, de grade assente sobre estacas independentes, baixas e delgadas (...)*" (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.53). Mas o que caracterizava verdadeiramente este aglomerado era a existência de palheiros "(...) *de grande vulto, alguns com três pisos, construídos com esmero e preocupações de conforto, e do mesmo modo sobre grade assente em estacaria.*" (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.54).

A particularidade da tipologia construída em Palheiros de Mira era o revestimento exterior total da estacaria que permitia um rés-do-chão resguardado, onde se armazenavam os apetrechos do quotidiano piscatório. Os andares superiores eram destinados à habitação, originalmente, do pescador e das suas famílias e, mais tarde, adaptados aos banhistas sazonais que afluíam ao lugar, no Verão.

Os palheiros, de dimensões reduzidas e com planta retangular, tinham dois compartimentos ou mesmo um único. Os palheiros de dois ou três pisos tinham, conseqüentemente, maior número de divisões, não seguindo uma planta uniforme. A sala, sem servir a finalidade cerimonial que lhe está subentendida, era mais um espaço de arrumos.



16. Palheiros que desenharam o litoral . 1958 . Praia de Mira

[Fotografia recuperada em 13.10.2014: <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/26219401.jpg>]

O espaço mais importante do palheiro era a cozinha, onde se reunia a família à volta do borrarho (no canto da divisão). Nos palheiros maiores, a cozinha localizava-se ao fundo do corredor, com porta para o exterior. Apenas nos palheiros de melhores condições se observava a existência de chaminé.

A fachada principal dos palheiros era composta por uma porta ladeada por duas janelas. O seu acesso dependia do nível da duna e era feito através de rampas ou escadas. Nos palheiros imponentes, a fachada frontal, direcionada para a rua ou para o mar, era mais elaborada. Na sua composição era frequente o uso de varanda ao nível do andar, que permitia o acesso ao interior. Os palheiros mais pobres e antigos não tinham qualquer pintura, mostrando o tom natural do tabuado, envelhecido pelo tempo. Os mais opulentos eram pintados de cores diversificadas, aparecendo a mata-junta a branco.

Quanto ao sistema construtivo, os palheiros de Mira seguiam premissas do sistema de estacaria independente, com grade – expressão própria do lugar, como elemento de identidade territorial.

*“ Os palheiros são empesados sobre pés enterrados na areia cerca de um metro, em covas abertas com pá de valador. Sobre estes pés, que são toros ou pranchões de pinheiros de grossura correspondente ao tamanho da construção, corre a linha, que é a grade de vigas em cima da qual se ergue todo o esqueleto do edifício.” (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.54).*

Sobre a grade, assentava o vigamento do soalho que suportaria todo o edifício. A construção das paredes era em tabuado de madeira, disposto horizontalmente em tábua trincada, pregado aos barrotes de prumo. A mata-junta vertical rematava as quatro esquinas do palheiro, vedando a linha de encontro dos topos do revestimento. Tanto no revestimento exterior como no interior era usado o tabuado de 20mm. Para as paredes divisórias era usada madeira de 15mm.



17. Grande eixo viário perpendicular à praia . Praia de Mira

[Fotografia recuperada em 18.01.2016: [http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed\\_da\\_Tabacaria\\_Nilo\\_A\\_Barrinha2.jpg](http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed_da_Tabacaria_Nilo_A_Barrinha2.jpg)]

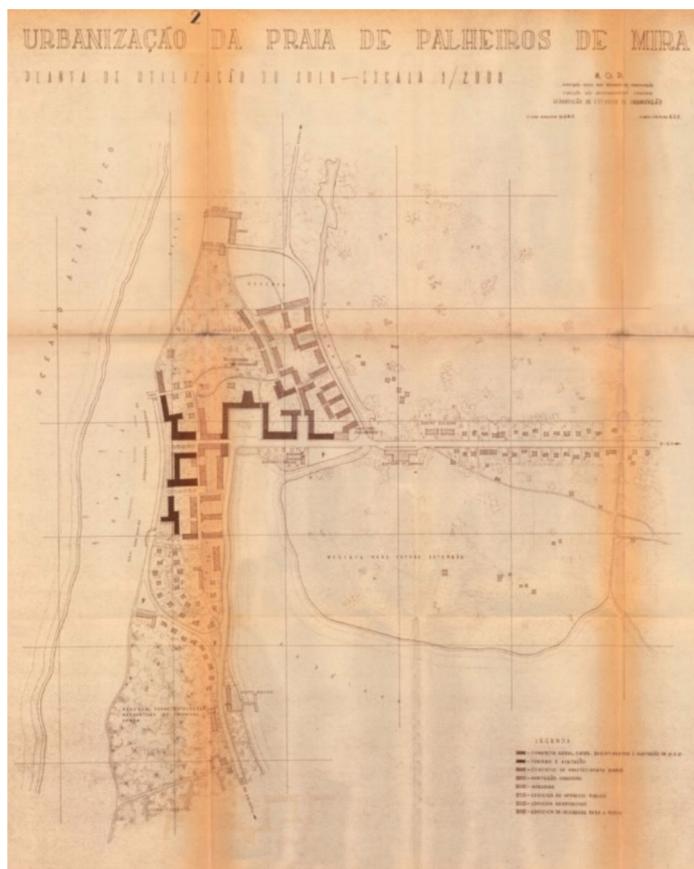
A cobertura, de duas águas e pouco inclinada, originalmente era em junco ou estorno. Posteriormente, foi vulgarizado o uso de telha caleira e marselha, que teve repercussões na inclinação dos telhados.

Como a maior parte dos Planos de Urbanização realizados no início do século XX, também os planos desenhados para a Praia de Mira surgiram com alguma relevância, sendo um dos primeiros lugares a seguir o modelo de estância balnear.

Em 1934, o ministro Duarte Pacheco nomeou uma comissão para efetuar os estudos de urbanização na Praia dos Palheiros de Mira, realizando um plano que permitia desenvolver as principais atividades que valorizavam a aldeia. Esse plano pertencia ao conjunto dos primeiros quatro Planos de Urbanização submetidos ao Conselho Superior de Obras Públicas. *“São estas primeiras experiências que vão estabelecer os termos em que se constrói um “Urbanismo de Praia” durante as três primeiras décadas do Estado Novo.”* (LOBO, 2012, pp. 480).

A reestruturação urbana da antiga aldeia de pescadores, constituída por um conjunto cerrado de palheiros, desencadeou-se em meados da década de 40. *“ (...) de um povoado de pescadores e seareiros, Palheiros de Mira, vai-se transformando numa vulgar praia de banhos, que as edilidades querem urbanizar a seu gosto e critério (...) ”* (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.63).

O primeiro registo de um Plano de Urbanização para a Praia dos Palheiros de Mira, pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização [DGSU], data de 1949. Neste primeiro plano, o acesso à povoação efetua-se no sentido perpendicular à costa, pela Estrada Nacional que liga Cantanhede a Mira. O conjunto de habitações proposto visa tirar partido das características naturais do local, seja pela presença da Barrinha, seja pelo conjunto florestal da Mata de Quiaios.



18. Plano de Urbanização [DGSU], 1949 . Praia de Mira  
[Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo]

*" (...) contribuía, por um lado, para a melhoria geral das condições de vida do aglomerado e, conseqüentemente, para uma maior atractividade desta Praia como centro balnear, e, por outro, proporcionava à população residente uma fonte de rendimento adicional nos meses de Verão, estimulando-a a possuir habitação própria." (LOBO, 2012, pp. 555/556).*

Ao longo desse grande eixo estruturador é notória a presença de uma praça central que se abre para a Barrinha e que faz também a ligação com a estrada que vem de sul, acompanhando a mancha florestal.

*"O ponto central da composição é definido por uma pequena praça, aberta sobre a via principal e voltada à Barrinha, onde se localizam os principais serviços de apoio à vida do novo núcleo urbano e na qual desemboca a Estrada Florestal que, vinda do sul, margina aquela lagoa pelo poente." (LOBO, 2012, pp. 552).*

A realidade turística da praia é reprimida pela função residencial, onde se beneficia a fixação da população residente, particularmente dos pescadores. Com este plano foi decretado a suspensão da construção do palheiro, substituindo a génese tradicional do aglomerado por núcleos habitacionais que beneficiam o uso de novos materiais de construção. A notória presença de quarteirões organizados revoga a confusa morfologia urbana do antigo aglomerado, caracterizado por palheiros dispersos pelo areal. Os quarteirões com blocos habitacionais, a norte, e os quarteirões de habitação unifamiliar, junto à Barrinha (a sul) e ao longo da avenida perpendicular ao mar, substituem o núcleo pré-existente de palheiros e redesenham todo o aglomerado. (figura 18.)

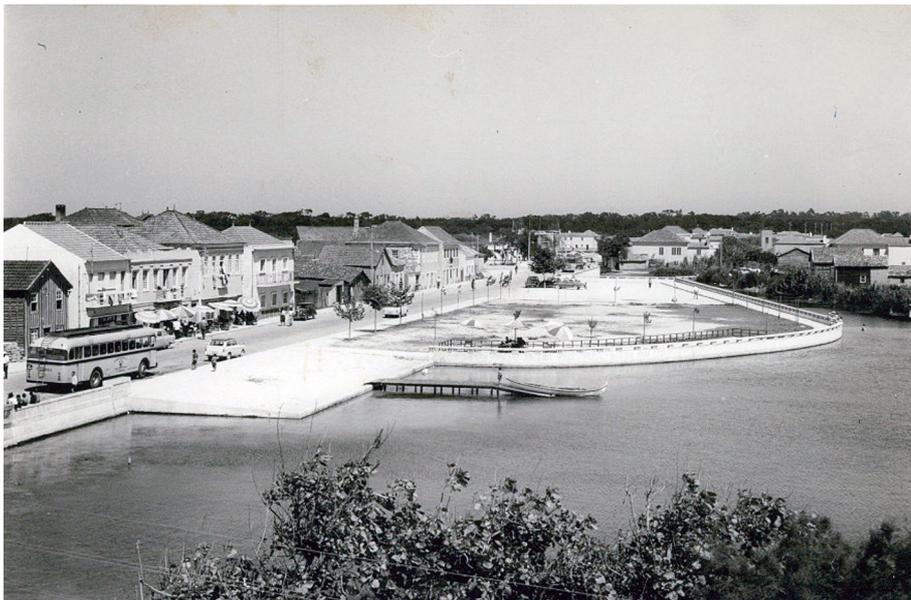


19. Anteplano de Urbanização, 1958 . Praia de Mira  
[Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo]

Assistindo-se cada vez mais a uma maior procura turística pela Praia de Mira, a Câmara Municipal submete à DGSU uma atualização dos desenhos urbanísticos que existiam até então, em 1958. É aqui que surge o denominado “Anteplano de Urbanização da Praia de Mira”, assinado pelo arquiteto Travassos Valdez, da Direção de Urbanização do Distrito de Coimbra, concluído e apresentado em 1961.

Segundo o Anteplano de Urbanização, é facilmente perceptível o crescimento dos conjuntos habitacionais conforme a distribuição funcional já prevista. No entanto, não se seguiu o desenho urbano que antes era proposto. A praça central que se abria para o eixo principal, fazendo o remate da estrada que vem de sul, prevista no plano de 1949, perdeu a sua importância e deixou de ter a dimensão proposta. Também se assiste a uma consolidação dos núcleos habitacionais anteriormente propostos e a uma expansão para sul, junto à Mata e a sul da Estrada Nacional. Outro aspeto importante neste Anteplano de Urbanização, além da referida consolidação da malha em termos de zonamento, é a presença de equipamentos de apoio e infraestruturas. O crescimento urbano é agora previsto expandir-se para a praia em direção a sul, envolvendo a Barrinha.

*“ (...) o Anteplano de Urbanização da Praia de Mira, de 1961, definia três níveis de actuação futura: a consolidação da malha existente (a laranja na Planta de Urbanização), no sentido de clarificar o desenho da forma urbana e o zonamento propostos; a infraestruturização do aglomerado, dotando-o com os equipamentos (representados a vermelho) necessários ao seu eficaz e equilibrado funcionamento; e a previsão da expansão urbana, orientando o crescimento desta Praia para a área delimitada entre a Estrada Nacional e a Barrinha de Mira.” (LOBO, 2012, pp. 558).*



20. Transformação da Barrinha e do eixo viário perpendicular à praia consoante o Antepiano de Urbanização, 1958 . Praia de Mira

[Fotografia recuperada em 18.01.2016: <http://a54.idata.over-blog.com/1/02/26/37/Portugal-antigo/Mira-praia-Barrinha-01.JPG>]

É notório que o rápido crescimento urbanístico da Praia de Mira foi acompanhado da diminuição gradual das estruturas relacionadas com a pesca, assim como da invasão de pequenas casas de tijolo de areia e posteriormente por blocos de habitação de cimento. (figura 19.)

Deste modo, conclui-se que os Planos de Urbanização promoveram o desenvolvimento deste pequeno núcleo populacional. Embora nenhum plano tenha sido exatamente cumprido, as suas principais linhas estruturadoras foram essenciais para a evolução da Praia de Mira. Destaca-se a construção de equipamentos urbanos como a Avenida Marginal, caracterizada pela presença de blocos residenciais coletivos que desenham o atual perfil linear ao longo da costa, e o principal acesso à praia, o grande eixo viário perpendicular à costa (Estrada Nacional que liga Cantanhede a Mira e que se prolonga até à praia). A presença de uma grande mancha florestal – Mata Nacional das Dunas de Quiaios – é notória. O diálogo entre a floresta e a Barrinha é um dos ex-líbris da Praia de Mira que permitem vivências de carácter lúdico e desportivo em ambiente natural.

Também se concluí que a degradação e o desaparecimento dos palheiros derivam da imposição dos vários Planos de Urbanização e da específica proibição da sua recuperação. Embora a génese tradicional tenha sofrido requalificações com a primeira proposta, a verdade é que influenciou o desaparecimento do palheiro como elemento de identidade e unidade territorial. Também o incentivo camarário para a suspensão da construção desta tipologia habitacional foi crucial para a sua degradação.

*“E a apressar o fim dessa técnica tradicional local, que se afirmara de modo tão vigoroso, original e inteligente, os próprios organismos oficiais, com total incompreensão do seu valor e beleza, proibem a edificação e até a reparação dos velhos palheiros arruinados, para em sua substituição se erguerem vivendas modernas sem qualquer carácter.”*  
(OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.63).



Contudo, até há relativamente pouco tempo, ainda existiam palheiros com alguma magnitude que perpetuavam a memória do antigo perfil marginal da Praia de Mira.

Com o projeto “Prolongamento da Marginal a Norte”, inaugurado em Junho de 2015, foram destruídos os últimos palheiros de traça original para que a avenida marginal se afirmasse, de fácil acesso a todos, eliminando barreiras naturais com a construção de novos percursos urbanos, melhorando as condições de conforto e segurança dos peões. No entanto, o programa pretendia a recuperação de um dos palheiros existentes na zona de intervenção, um dos poucos palheiros originais existentes na Praia de Mira e que, pela sua localização, valor arquitetónico e cultural seria convertido no futuro Centro de Educação Ambiental da Praia de Mira. Atualmente averigua-se a execução do projeto sem a referida recuperação.

Deste modo, verifica-se que a continuidade da desvalorização da arquitetura popular em prol de um pensamento contemporâneo pouco coeso em relação à técnica tradicional e identidade territorial, local e global, ainda é uma realidade.

O que aconteceu em Mira ocorreu em quase todas as pequenas povoações do litoral, que foram sucumbindo às novas modas, modificando de forma radical a sua identidade local. O caso da Praia da Tocha é diferente de Mira porque ainda está presente a cenografia pitoresca no aglomerado, caracterizada pela permanência do palheiro.



21. Transporte de um barco da Tocha para a praia . Anos 40 . Praia da Tocha  
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

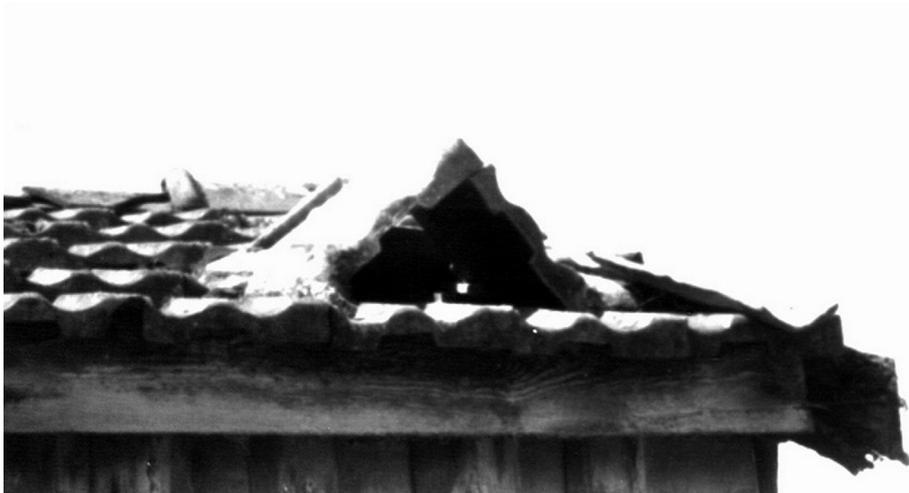
## Praia da Tocha

Praia da Tocha, integrada na Costa de Prata, era, em 1849, uma aldeia denominada S. João da Tocha, quando ainda pertencia ao extinto concelho de Cadima. Era um aglomerado populacional caracterizado pela pesca, que se desenvolveu a partir de um núcleo de palheiros, a habitação destinada aos pescadores. “ (...) *A pesca foi, durante muito tempo, a única razão de ser da povoação, que a larguíssima duna sem quaisquer vias de comunicação isolava completamente das terras cultivadas no interior (...)*” (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.69).

A Praia da Tocha era exemplo perfeito da construção palafita. A estacaria era visível, ao contrário do que acontecia em Mira, particularidade que não se encontrava em todos os palheiros do litoral. Deste modo, os palheiros surgiam como elemento caracterizante da paisagem.

“ (...) *os Palheiros da Tocha, mais pobres, pequenos e toscos, são do mesmo tipo estrutural de construção dos de Mira, porém com o carácter palafítico na sua pureza integral, porque o espaço entre as estacas, sob a palheiro, fica aberto.*” (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.69).

Os palheiros característicos da Praia da Tocha eram de tamanho diminuto. Encontravam-se alinhados em arruamentos largos de areia, paralelos ao mar, no alto da orla costeira. Isolados uns dos outros, voltavam a empena, geralmente sem janela, para as casas vizinhas.



22. Sistema de ventilação da cozinha . Praia da Tocha  
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

*“ Aqui, as casas – que nunca ultrapassam um tamanho mediano, e frequentemente são minúsculas, empoleiradas no alto das estacas, por vezes muito elevadas – alinham-se em arruamentos largos de areia, paralelos ao mar, em níveis sucessivos da duna, isoladas umas das outras e voltando para as vizinhas as empenas geralmente sem janelas (...).” (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.66).*

Os palheiros, de planta retangular, tinham cerca de cinco metros quadrados de área, e o pé direito, desde o soalho ao frechal, era normalmente de dois metros de altura. Nos mais pequenos havia uma divisória que permitia dividir o palheiro em dois espaços, um de carácter público de outro mais privado. A divisória não tinha uma disposição tipo. Os palheiros de maior dimensão possuíam um corredor que atravessava a casa e a partir do qual se tinha acesso a quatro compartimentos – dois para cada lado – sendo um deles a cozinha virada para o areal. Na cozinha havia o borrarho – caixa de madeira assente no chão – que se situava no canto da divisão e que correspondia à esquina do palheiro. Não existia chaminé, apenas duas telhas levantadas para a ventilação deste espaço.

*“ Nas cozinhas, o borrarho, como nos antigos palheiros de Mira, é uma caixa de madeira, cheia de barro, assente no chão, no canto do compartimento que corresponde à esquina da casa. O fumo escapa-se por entre as telhas, havendo apenas, por vezes duas telhas levantadas por dois cacos.” (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.68).*

Os sanitários resumiam-se a um pequeno cubículo, na varanda ou no exterior, com um cano de tábuas que mergulhava no areal.

Na fachada principal eram feitas as aberturas. A porta situava-se a meio da fachada com uma janela de cada lado. O acesso à



23. Expansão do aglomerado de Palheiros da Tocha  
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

porta dependia do nível da duna e era feito através de rampas ou escadas.

Os palheiros eram pintados com óleo queimado, com o objetivo de proteger a madeira que ganhava uma tonalidade negra, característica que distinguia os palheiros da Tocha dos restantes.

Quanto ao sistema construtivo, os palheiros da Tocha assentavam em estacaria inclinada. Embora se pudesse observar as premissas do sistema de pau-de-pique, a construção dos palheiros da Tocha seguia uma expressão própria do lugar, como elemento de identidade territorial.

*"(...) a estacaria (...) encontra-se inclinada para o exterior, dando maior base e segurança ao palheiro. Esta inclinação obriga a abrir na primeira tábuia do revestimento que recobre a trave, rasgos para a saída das estacas, nomeadamente se estas são pranchões pouco espessos." (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.67).*

Originalmente, a sua construção era em tabuado de madeira disposto na horizontal de forma sobreposta (sistema construtivo trincado), com tábuas na vertical, onde é necessário vedar o encontro com o tabuado horizontal. As tábuas verticais eram afastadas sessenta centímetros umas das outras, segurando melhor o revestimento, tanto nas empenas como na fachada. Mais tarde, o revestimento exterior era feito por um sistema de tabuado disposto na vertical com mata-juntas (sistema construtivo justaposto). Normalmente, no interior das paredes não existia qualquer tipo de forro. Excepcionalmente, os quartos eram forrados para evitar que o vento entrasse pelas frestas do tabuado.

A cobertura, de duas águas e pouco inclinada, era em telha caleira. O remate da empena não tinha qualquer tipo de saliência.

Inicialmente, estes palheiros eram habitação temporária dos pescadores vindos de praias próximas. Mas, com a expansão da arte xávega, rapidamente se tornaram habitação permanente dos que por ali se fixaram.



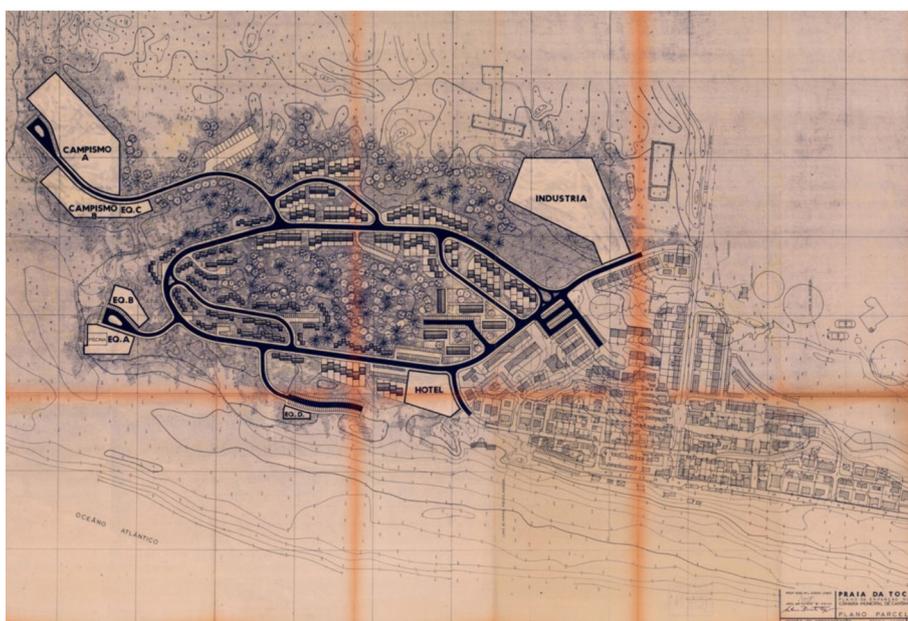
Com o desenvolvimento do turismo balnear, os palheiros adaptavam-se a casa de veraneio, nos meses de Verão. Passavam para as mãos dos banhistas, sem qualquer alteração no aspeto do aglomerado. “(...) *a invasão dos banhistas, que só começaram a afluir depois da abertura da estrada, e que sendo geralmente gente modesta, alugavam os palheiros sem lhes impor melhoramentos de qualquer espécie, aceitando a sua incomodidade (...).*” (OLIVEIRA; GALHANO, 1964, pp.69).

A reestruturação urbana desencadeou-se mais tarde do que na Praia de Mira. Foi nos tempos áureos do produto oriundo da relação sol/praias, particularmente nos anos 60, que a antiga aldeia piscatória se tornou num potencial destino turístico, com a inserção de todos os programas que lhe conferiam esse destaque.

O primeiro Plano de Urbanização remete para um levantamento de inquérito, levado a cabo pela Câmara Municipal de Cantanhede e assinado pelo engenheiro Costa Lobo, em 1968. A planta que avalia a Situação Legal na Praia da Tocha dá conta da localização dos palheiros que caracterizam a génese tradicional do aglomerado.

Após a realização do plano de inquérito, a Câmara de Cantanhede continuou os estudos de planeamento, tendo sido realizado um novo Plano de Urbanização no mesmo ano (1968), revisto em 1970.

As principais alterações e impactos na Praia da Tocha dizem respeito ao desenho de novos arruamentos, numa tentativa de estruturação da malha urbana, e a expansão da aldeia para norte. A definição de ruas estruturantes circunscreveu ainda uma praça central, na Estrada Nacional perpendicular à marginal. A praça central era enfatizada com diferente tipo de pavimentação. Também estavam previstas localizações para equipamentos hoteleiros e equipamentos industriais. Era evidente a separação entre o núcleo de palheiros e os espaços destinados a instalações balneares. A presença da Mata e de espaços arborizados manifestava uma aproximação ao modelo de cidade-jardim. (figura 24.)



25. Plano de Expansão Norte, 1977 . Praia da Tocha  
[Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo]

Com a necessidade cada vez maior de suportar a elevada procura balnear que a Praia da Tocha assistiu, particularmente depois dos anos 60, foi preciso reestruturar a vila para poder suportar a valência turística. Foi então realizado, em 1977, o Plano de Expansão Norte da Praia da Tocha – Plano Parcelar, com assinaturas do engenheiro Costa Lobo e do arquiteto António Foyo.

O plano propõe a existência de zonas habitacionais com novos loteamentos, zonas industriais, zonas destinadas ao campismo, equipamentos balneares e hoteleiros. (figura 25.)

A Praia da Tocha é um exemplo claro no que toca aos principais objetivos dos Planos Gerais de Urbanização, refletindo uma estruturação de aglomerado urbano balnear. Este lugar era um simples núcleo piscatório sem qualquer organização urbana e foi transformado em destino de veraneio, como tantas outras praias.

No caso da Praia da Tocha, nenhum plano foi exatamente cumprido, mas as principais linhas estruturadoras são a base do atual aglomerado urbano. Destaca-se a presença de um eixo viário perpendicular à costa que é o acesso principal à praia (Estrada Nacional que liga a vila da Tocha à Praia da Tocha); a existência de uma Avenida Marginal, caracterizada pela presença de antigos palheiros recuperados; a presença de núcleos residenciais coletivos e habitações unifamiliares, em quase toda a sua extensão; e ainda a presença de uma grande mancha florestal (Mata Nacional das Dunas de Quiaios).

As infraestruturas e os equipamentos construídos permitiram a evolução e expansão do aglomerado, na perspetiva de responder a um novo modo de vivência do lugar – a vilegiatura. Com a imposição dos vários Planos de Urbanização, de modo a transformar o lugar da Praia da Tocha em destino turístico, deparamo-nos com a evidente degradação do núcleo de palheiros. O uso dos novos materiais como o adobe e a pedra, disponíveis com a melhoria de acessos, foi fator fundamental para esta deterioração.



26. Abertura da Avenida Marginal . Praia da Tocha  
[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

Mesmo assim, os palheiros da Tocha ainda sobrevivem no meio da tempestade urbanística, visto que foi possível recuperar e decretar a recuperação de construções “à maneira de”, permitindo uma manifestação da antiga identidade local.

A Praia da Tocha difere da Praia de Mira no sentido em que as alterações urbanas permitiram que as atividades relacionadas com a arte xávega permanecessem, numa tentativa de não afetar a identidade piscatória da aldeia. Este cuidado com a recuperação e manutenção da arte está bem visível na intenção de preservação dos antigos palheiros dos pescadores, sendo muitos deles reaproveitados e transformados em casas de férias ou mesmo como pontos de apoio ao turismo.

Deste modo, conseguiu-se uma maior permanência dos palheiros como elementos caracterizadores da paisagem, particularmente ao longo da marginal, junto à praia, que foram mantidos até aos tempos de hoje.

O arquétipo de palheiro também é mantido na Praia da Tocha através das novas construções que seguem, quanto à forma e materialidade, a mesma linguagem arquitetónica. Mas, a sua construção não atinge o objetivo na sua totalidade, visto que não assegura a verdade construtiva da habitação, sendo notório o “pastiche” de madeira aplicada nas fachadas. Para os olhares desatentos fica o conforto com o fato de todas as construções obedecerem a critérios mais exigentes no revestimento e em alguns aspetos construtivos. Para um olhar mais pormenorizado, perdeu-se a essência do palheiro minimalista e funcional, particularidades que lhe conferiam um carácter modernista.



## Conclusão

Tanto a Praia de Mira como a Praia da Tocha são aglomerados localizados na costa litoral portuguesa que se caracterizavam pela existência de palheiros. O palheiro foi o primeiro modo de habitar estes aglomerados e, por isso, eram elemento de expressão da cultura popular, onde a técnica construtiva e o saber tradicional eram aliados da identidade e unidade territorial, alcançados com a sua expansão.

A democratização da praia e a generalização das férias pagas converteu o litoral português na maior atração turística do país. O turismo também é um fator decisivo na evolução e expansão da Praia de Mira e da Praia da Tocha. "(...) *o Turismo se fundamenta, enquanto actividade económica, na exploração do valor dos "lugares" (...).*" (LOBO, 2012, pp. 1546). Com a procura destes lugares pesqueiros como áreas de lazer e com a sobreposição do turismo balnear à atividade piscatória foi permitido, ao longo do século XX, que se conquistasse o seu desenvolvimento, mas também o seu declínio. "*Em cerca de século uma povoação, inicialmente ligada à pesca, nasceu, desenvolveu-se, declinou como tal (...).*" (BRITO, 1981, pp. 104).

Com a imposição do Planos de Urbanização foi permitida a expansão urbana destes aglomerados. Abandonou-se a morfologia urbana pré-existente, onde os palheiros se encontravam de forma dispersa pelo areal, para dar ênfase a novas tipologias habitacionais. Deste modo, para além de se extinguir a construção de palheiros, como aconteceu, inicialmente, na Praia de Mira, perdeu-se a paisagem característica destes lugares e a sua identidade territorial.

Nestes aglomerados nenhum dos planos de urbanização foi exatamente cumprido, embora, em ambos os casos, sejam evidentes as bases direcionais de cada plano apresentado. Nos dois casos destacam-se a presença de um eixo viário – perpendicular à costa litoral – como principal acesso à praia; a existência de uma Avenida Marginal que desenha o perfil da cada praia onde se encontram, de modo subentendido, as suas identidades sociais e culturais; a presença de núcleos residenciais divididos em



loteamentos coletivos e habitações unifamiliares, em quase toda sua extensão; e, ainda a forte presença da mancha florestal que é a Mata Nacional das Dunas de Quiaios, permitindo a polivalência de atividades lúdicas associadas à estância balnear. O desenvolvimento de equipamentos como os hotéis e outras estruturas urbanas tem-se mantido até aos nossos dias como elementos turísticos fundamentais para a continuidade destes destinos de veraneio. *“Os equipamentos são considerados fundamentalmente como factor de progresso e de integração do cidadão numa vida colectiva.”* (LÔBO, 1995, pp. 222).

Assim como os Planos de Urbanização foram elementos decisivos para a evolução destes aglomerados piscatórios como lugares de vilegiatura, também permitiram a sua mudança cenográfica. As pitorescas praias plantadas às beira-mar deram lugar a vilas urbanizadas, onde o palheiro aos poucos se foi difundindo com a nova escala arquitetónica, mas que rapidamente caíram no esquecimento e o seu declínio foi uma realidade que parece não afetar as entidades estatais.

Nesta primeira parte do trabalho conclui-se que o palheiro, enquanto elemento de identidade e unidade territorial, é objeto arquitetónico popular do passado que não conseguiu sobreviver às transformações urbanísticas da sua implantação. De modo a preservar e a recuperar a memória do palheiro pretende-se estudar a obra teórica e prática do arquiteto Aldo Rossi, cujo pensamento arquitetónico remete para a memória enquanto instrumento de projeto. A arquitetura como memória serve de base de argumentação na segunda parte do trabalho, de modo a fomentar um pensamento crítico em relação ao palheiro como elemento de reinvenção da paisagem.



#### IV. ALDO ROSSI: A ARQUITETURA COMO MEMÓRIA

Aldo Rossi (1931-1997) é uma personagem central da arquitetura da segunda metade do século XX. É fundador do movimento neo-racionalista italiano, mais conhecido por *tendência*. Esta corrente arquitetónica permitiu criar novos vínculos com o legado histórico das grandes cidades europeias que sobreviveram à segunda grande guerra e à industrialização.

Com a sua obra teórica, mais propriamente *A Architectura da Cidade* (1966) e *Autobiografia Científica* (1981), promove a refundação da disciplina arquitetónica, elaborando uma própria metodologia que alcançou grande impacto internacional.

A sua narrativa teórica teve ampla repercussão na sua obra prática. Os edifícios rossianos são projetados a partir de uma memória que existe, em si, fora do tempo. São resultado de uma meditação sobre a história e a própria essência da arquitetura, como por exemplo o *Cemitério San Cataldo* em Modena (1971-1978) e o efémero *Teatro del Mondo* em Veneza (1979).

Aldo Rossi defende que a arquitetura é congénita da formação da civilização, sendo esta inseparável da vida cívica e da sociedade em que se manifesta. Afirmar a arquitetura como um ato permanente, universal e necessário. "*A paisagem da natureza, sem construções, não é mais que um luminoso deserto; e toda a paisagem que hoje vivemos e conhecemos é obra do homem.*" (ROSSI, 1977, pág. 185)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora



## 27. Aldo Rossi

[Fotografia recuperada em 2.06.2016: [http://images.adsttc.com/media/images/5361/5d43/c07a/80d4/3c00/0161/slideshow/aldo\\_rossi\\_ritratto.jpg?1398889787](http://images.adsttc.com/media/images/5361/5d43/c07a/80d4/3c00/0161/slideshow/aldo_rossi_ritratto.jpg?1398889787)]

*A arquitetura da cidade* (1966) teve grande impacto na cultura arquitetônica. Com esta obra, o autor contesta as doutrinas do Movimento Moderno, baseando-se na análise histórica e morfológica das cidades. Ele defende a continuidade entre arquitetura contemporânea e arquitetura do passado, onde é introduzido um novo elemento: o valor de permanência.

Segundo Aldo Rossi, é nas cidades que se constata a presença de arquitetura. *"A cidade, como coisa humana por excelência, é constituída pela sua arquitetura e por todas as obras que constituem o seu modo real de transformação da natureza."* (ROSSI, 2001, pp. 52) A cidade é uma estrutura espacial, um produto manufaturado que cresce no tempo e que se caracteriza pela sua morfologia urbana e tipologia construtiva.

*" Ora, por arquitetura da cidade podem entender-se dois aspectos diferentes: no primeiro caso é possível comparar a cidade a um grande manufacto, uma obra de engenharia e de arquitectura, maior ou menor, mais ou menos complexa, que cresce no tempo; no segundo caso podemos nos referir a áreas mais delimitadas da cidade, a factos urbanos caracterizados por uma sua arquitectura e, portanto, por uma sua forma."* (ROSSI, 2001, pp. 43)

Ao longo da sua obra teórica, Aldo Rossi esclarece conceitos como *locus*, *tipo*, *memória*, *monumento*, para definir a cidade.

Conforme o discurso rossiano, o *locus* – o lugar – é o princípio da individualização da arquitetura, onde cada lugar estabelece relações precisas com as construções que nele se situam. Para o autor, o *locus* representa uma realidade em que o tempo e a memória têm um papel de destaque. *"(...) locus como um factor singular determinado pelo espaço e pelo tempo, pela sua dimensão topográfica e pela sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e novas, pela sua memória."* (ROSSI, 2001, pp. 157)

O *locus* joga com a conformação do tipo e ao mesmo tempo comprova que a tipologia define o *locus*.

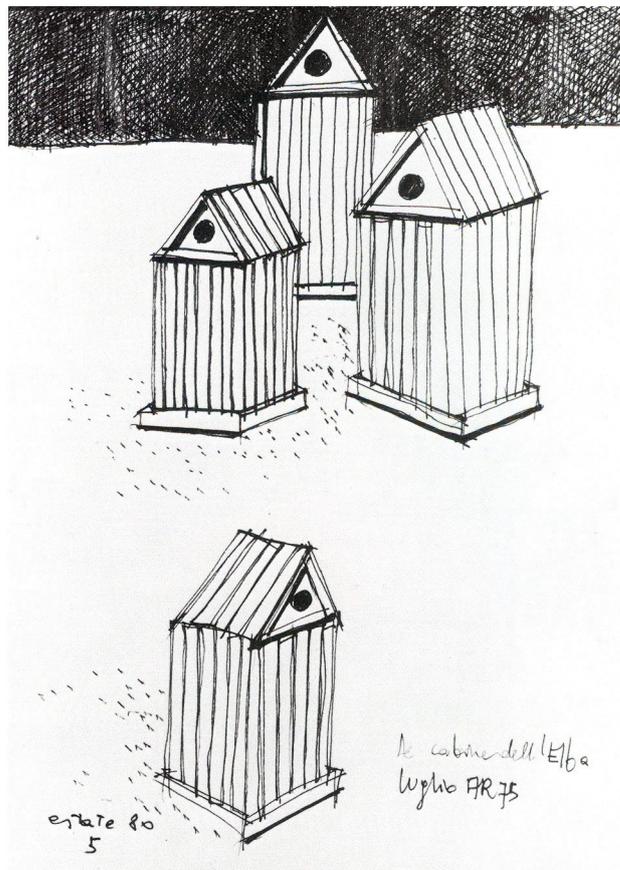


Ou seja, a paisagem é conformada pela arquitetura, onde a valorização do lugar é essencial. Esta valorização do *locus* permite uma unidade territorial conseguida através do contexto histórico e das suas tipologias.

O contexto, a paisagem – o *locus* – onde Rossi situa uma nova obra, é sempre um marco de arquitetura que mantém os atributos do anonimato e as generalidades da arquitetura do passado. Deste modo, consegue-se alcançar a base tipológica que traz solidez à arquitetura rossiana.

No discurso rossiano, o *tipo* ocupa uma posição privilegiada porque é considerado o melhor instrumento de compreensão da realidade. Toda a forma arquitetónica remete ao *tipo* e à realidade em que se inscreve – o *locus*. Assim, Rossi conclui que o *tipo* é estrutura elementar da cidade. *“Penso pois no conceito de tipo como qualquer coisa de permanente e de complexo, um enunciado lógico que está antes da forma e que a constitui.”* (ROSSI, 2001, pp. 53) O *tipo* é, segundo Rossi, estímulo de uma nova idealização arquitetónica. Assume-se como resolução das necessidades e vicissitudes do homem, sendo por isso, um ideal instrumento de projeto. *“O tipo é, por conseguinte, constante e apresenta-se com caracteres de necessidade; mas, ainda que determinados, reagem dialecticamente com a técnica, com as funções, com o estilo, com o carácter colectivo e o momento individual do facto arquitectónico.”* (ROSSI, 2001, pp. 54)

Rossi afirma que não existe nenhuma possibilidade de invenção tipológica, admitindo que esta se conforma devido a um longo processo temporal e, por estar completamente vinculada com a cidade e a sua sociedade. Para entender a cidade é preciso compreendê-la no seu todo. A cidade é constituída por partes e é em cada uma dessas partes que o edifício singular ganha sentido. É, deste modo, que surge, no discurso rossiano, a vontade de uma arquitetura sintética, que sem renunciar à sua individualidade alude à disciplina como totalidade. Assim, as tipologias são formas que acabam por assumir um carácter sintético de um processo histórico que se manifesta em si próprio. A tipologia é, portanto, elemento cultural, onde a memória e razão são o duplo processo lógico e histórico imprescindível para a sua identificação.



## 28. Esquissos das casitas de praia

[Imagem retirada de ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). Aldo Rossi: obras y proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.262]

Para Aldo Rossi construir não significa dar entidade material a um objeto. Construir é lembrar a realidade daquela disciplina através da qual se manifestam todas as realidades, a arquitetura. É neste sentido que surge a definição de *memória* como um pré-conhecimento.

A *memória*, segundo o discurso rossiano, é reconhecimento. É através da memória coletiva que se conformam os grupos sociais, adquirindo a sua individualidade e a imagem do espaço que ocupam. O reconhecimento do lugar supõe um reconhecimento da própria identidade social.

Segundo o autor, a cidade surge como o *locus* da memória coletiva. A *memória* refere-se às imagens arquitetônicas que constituem a cidade. Estas são mantidas ao longo do tempo e são referências imprescindíveis para a percepção da cidade.

A *memória*, aliada à história, pode ser um instrumento criativo para o desenho contemporâneo, de modo a restabelecer a capacidade comunicativa e cultural da arquitetura. A recuperação da história como fator de valorização do exercício de *memória* permite estabelecer um processo construtivo autónomo. Deste modo, razão e *memória* são suporte da disciplina e do conhecimento da arquitetura.

*“É provável que este valor da história, entendida como memória colectiva, portanto como relação da colectividade com o lugar e com a ideia deste, nos dê ou nos ajude a perceber o significado de estrutura urbana, da sua individualidade, da arquitectura da cidade que é a forma desta individualidade.”* (ROSSI, 2001, pp. 193)

Aldo Rossi defende que a continuidade da arquitetura depende da memória. É a partir das *permanências* que se assegura a continuidade da cidade, respeitando as formas do passado de maneira a conservar a sua imagem. *“Esta persistência e permanência é dada pelo valor constitutivo; pela história e pela arte, pelo ser e pela memória.”* (ROSSI, 2001, pp. 77)



A vitalidade destas *permanências* deriva de fatos urbanos que se definem e delimitam ao longo do tempo, como os edifícios, as formas e a continuidade dos traçados.

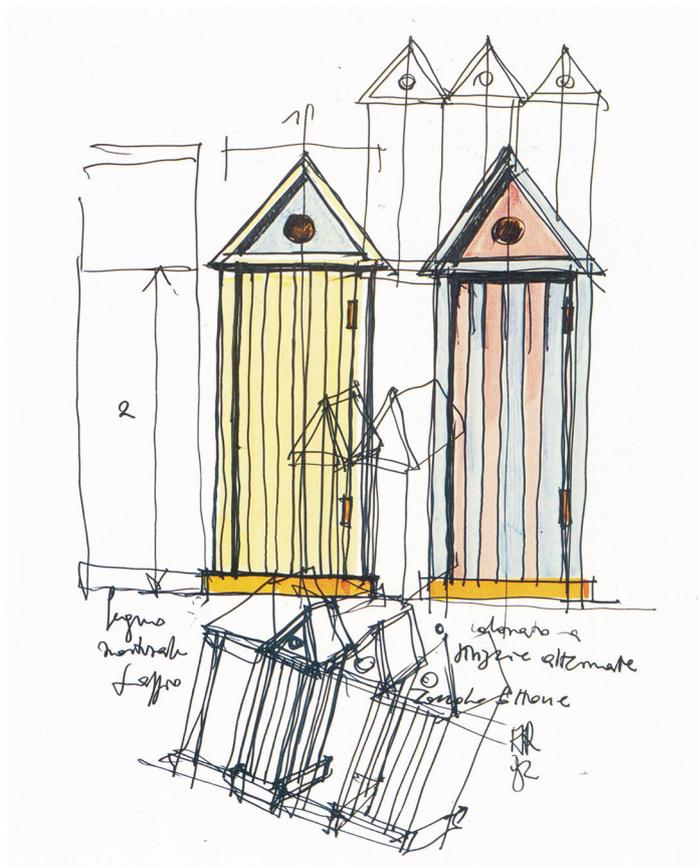
Quando as *permanências* podem ser experimentadas ao longo do tempo, são dotadas de uma vitalidade que transcende o imediato, projetando-se em toda a estrutura urbana. Algumas *permanências* podem ser benéficas, atuando como elementos vivos e produtivos na cidade, sendo dinâmicas. Outras são prejudiciais para o conjunto urbano, adquirindo um carácter patológico por serem estáticas e imóveis. Normalmente, as *permanências* patológicas tendem a desaparecer.

No discurso rossiano, a continuidade da forma física não é condição suficiente para ser fato urbano permanente na cidade. No entanto, é possível atribuir persistência a um fato urbano onde a continuidade seja fenómeno determinante, devido à sua função. Neste caso, estamos perante a definição de *monumento* que é o exemplo privilegiado de *permanência*.

*"Na realidade, continuamos a fruir elementos cuja função de há muito se perdeu; o valor destes factos reside unicamente na sua forma. A sua forma participa intimamente na forma geral da cidade, é, por assim dizer, uma invariante; muitas vezes, estes factos estão profundamente ligados aos elementos constitutivos, aos fundamentos da cidade, e estes reencontram-se nos monumentos."* (ROSSI, 2001, pp. 79)

O *monumento* é um fato urbano dinâmico por ter um papel positivo no crescimento da cidade. Trata-se de uma realidade formada pela história e pela *memória* que alcança a sua complexidade, consoante a vontade coletiva.

Ao longo do discurso rossiano, o *monumento* é elemento propulsor da cidade. A *permanência* do *monumento* enquanto fato urbano está estritamente ligada ao uso, à sua utilização, demonstrando que a função também está historicamente determinada e, que em última análise também, é cultural.



## 29. Cabine dell'Elba

[Imagem retirada de ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). Aldo Rossi: obras y proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.309]

De modo a evidenciar todas estas questões como elementares na produção arquitetónica, o arquiteto recorre à cidade análoga como síntese teórica. Aldo Rossi procura na *analogia* o repensar da arquitetura. O autor defende a *analogia* como exercício de *memória*. Portanto, a *analogia* é considerada instrumento de projeto.

Segundo o autor, o mimetismo não tem tempo, nem lugar e a arquitetura instala-se em virtude da *analogia*. O mimetismo e a *analogia* relacionam-se. O mimetismo não é um caso de mera repetição; é um esforço de representar o comum, o genérico. É uma representação sintética do que implica a abstração. A analogia entende-se como um processo racional que extrai da leitura da cidade um sistema lógico-formal que permite a construção de novos elementos que formam parte da cidade.

No discurso rossiano, a analogia é um procedimento projectual como estrutura mental, que atua e está presente no arquiteto e nas suas projeções. A analogia enquanto processo lógico-formal é utilizada na projeção e na leitura da arquitetura, que se transforma em cada arquiteto numa estrutura mental conectada com a experiência pessoal. Esta não aparece espontaneamente no arquiteto, tem de ser resultado de um processo de observação e análise.

Ao estudar *A arquitectura da cidade* entende-se o significado relevante que Aldo Rossi adquire no mundo da arquitetura. A sua obra teórica permitir analisar as formas, a cidade, a realidade, e a partir dessa análise alcançar uma construção autónoma que abre novas portas à conceção da arte.

*Autobiografia Científica* (1981) é, quinze anos após a sua primeira grande obra teórica, o retomar de um pensamento teórico e crítico sobre as questões essenciais da arquitetura e evidenciá-las na prática de projeto. “*Essa é a lógica da «autobiografia científica» procurar na experiência subjectiva aquilo que sobrevive na memória e se pode transformar em projecto.*” (FIGUEIRA, 2007, pp.143).

Nesta obra, Aldo Rossi enfatiza a importância da história como elemento de procura e de compreensão da realidade arquitetónica subentendida na cidade. Recorre, de novo, ao conceito de tipologia e faz



30. Fotografia dos palheiros do norte de Portugal . Autoria de Aldo Rossi

[Imagem retirada de ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). Aldo Rossi: obras y proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.309]

referência à analogia como recordação. "*Rossi recupera a «cidade velha», regressa à memória. (...) Isto é, faz uma efabulação de um mundo civil à imagem do seu olhar poético: colisão de fragmentos que descendem de arquétipos, sinopse gráficas que reconstituem um tempo perdido.*" (FIGUEIRA, 2007, pp.142-143).

Quanto ao pensamento sobre a analogia, o autor alude à *Cabine dell'Elba* para explicar como o arquétipo é instrumento de projeto. "*Chamei-lhes de casitas porque efetivamente o são, tanto no seu uso como na sua linguagem, mas também porque creio que reflitam uma dimensão mínima de viver (...).*" (ROSSI, 1998, pág. 53)<sup>1</sup> Para Rossi, estas casitas de praia adaptam-se segundo o lugar e as pessoas, e nada pode eliminar ou substituir esse carácter privado, singular e de identificação com o corpo. Como analogia a estas cabines, observa os confessionários como casitas dentro de grandes edifícios, onde o segredo impera, tal como as casitas veraneantes que escondem o corpo dos olhares mais curiosos. "*Os confessionários são casitas colocadas dentro da arquitetura.*" (ROSSI, 1998, pág. 38)<sup>2</sup>

Com a observação da *Cabine dell'Elba*, Rossi expressa a diversidade de relações que uma tipologia pode subentender. Através da história, a tipologia, conforme a sua funcionalidade, evolui. Esta regressa ao mundo dos objetos, através da sua identidade, e pode ser entendida como analogia ou invocação para projetar novas arquiteturas. "*A identidade é algo singular, típico, mas é também uma eleição.*" (ROSSI, 1998, pág. 27)<sup>3</sup>

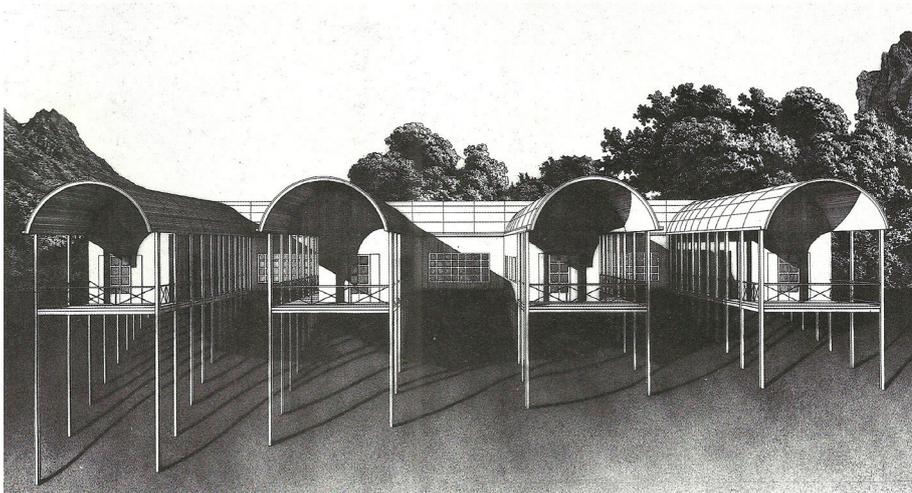
Para entender a evolução tipológica e a sua capacidade invocativa, Rossi faz referência aos palheiros. A casa de *Borgo Ticino* é exemplo de como o arquiteto compreende e invoca uma memória, uma tipologia, na sua obra prática. Esta obra tem como referência as cabanas dos pescadores, pertencente a ambientes onde os lagos e os rios são fatos recorrentes. "*Tinha visto grandes casitas que eram casas deste tipo no norte de Portugal, os palheiros de Mira, (...).*" (ROSSI, 1998, pág. 38)<sup>4</sup>

1 Tradução livre da autora

2 Tradução livre da autora

3 Tradução livre da autora

4 Tradução livre da autora



### 31. Borgo Ticino

[Fotografia retirada de ROSSI, A. (1998). Autobiografía Científica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.39]

Em *Borgo Ticino* está subentendida a ideia de felicidade, que para o autor estava relacionada com o modo de viver a praia. Esta ideia reflete a procura do mundo funcional e emocional, que tanto desejava conquistar. Assim, estão evidentes questões pessoais, autobiográficas, que levantam a questão da identidade como fator primordial, onde a memória coletiva é também elemento de projeto.

A partir desta ideia, Rossi defende que a invenção é inválida, nula." (...) *as invenções gratuitas desaparecem, forma e função identificam-se agora com o objeto.*" (ROSSI, 1998, pág. 28)<sup>1</sup> A invenção está desligada do crescimento constante da arquitetura, pois a arquitetura alicerça-se na história. Com as casitas de praia e as pequenas casas de madeira o arquiteto descobriu novos valores históricos, psicológicos e identitários que caracterizam a arquitetura racional.

Uma arquitetura racionalista deve ser necessariamente racional. É neste sentido que a sua relação histórica é primordial. Toda a decisão deve partir de uma visão de conjunto e da "nossa" própria arquitetura enquanto memória. Deste modo, consegue-se que cada projeto seja uma experiência única, sendo as respostas sempre distintas e, é neste sentido que Rossi defende o carácter progressista da arquitetura.

Concluindo, Aldo Rossi defende a arquitetura como a disciplina que permite a construção da cidade. Segundo o autor, a arquitetura não é uma linguagem. O arquiteto não faz alusão ao estilo. O estilo é, segundo o discurso rossiano, circunstancial e efémero. O esforço de Rossi enquanto arquiteto é o deliberado abandono de toda a linguagem estilística, visto que defende uma arquitetura para lá do acessório. Para si, a arquitetura são as coisas que o homem constrói na sua mais absoluta inocência. "*Sempre afirmei que os lugares são mais fortes que as pessoas, o cenário mais que o acontecimento. Esta é a base teórica não só da minha arquitetura, mas da arquitetura em geral; em essência, é uma possibilidade de vida.*" (ROSSI, 1998, pág. 63)<sup>2</sup>

1 Tradução livre da autora

2 Tradução livre da autora



No capítulo seguinte, procura-se defender a memória do palheiro enquanto objeto propulsor do *locus*. Seguindo as premissas rossianas, entende-se o palheiro como elemento a preservar e como objeto reinterpretado, de modo a despertar consciências para a recuperação de um património em desaparecimento.



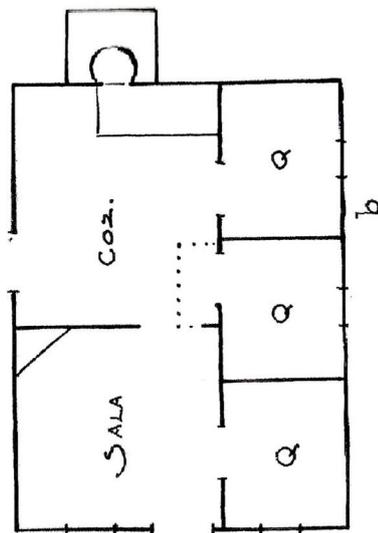
## V. O PALHEIRO COMO OBJETO DE IDENTIDADE E MEMÓRIA

### O palheiro como elemento a preservar

Ao longo do século XX, o estudo da arquitetura popular foi um contributo essencial para o debate disciplinar. Em Portugal, os diversos movimentos (capítulo I) revelaram o valor patrimonial da arquitetura popular como testemunho de um modo de vida. A habitação popular apresenta um elevado valor técnico que prolonga identidades e que transporta um carácter histórico e uma técnica construtiva tradicional que não deve ser descurada na realização da arquitetura, mantendo assim o cariz de cada lugar. É por isso que se defende que a arquitetura popular deve ser estudada e conservada, para que a recuperação e preservação de tipologias habitacionais populares sejam uma das premissas a ter em conta na elaboração de projeto, sendo a memória coletiva de cada região um conhecimento primordial para o desenho de arquitetura.

A arquitetura popular em Portugal tende a desaparecer, perdendo-se no tempo e na falta de medidas para a sua preservação. O palheiro é exemplo dessa realidade. É desta falha contemporânea que advém a necessidade da recuperação da sua memória.

Considera-se que os palheiros eram a *razão de ser* dos aglomerados do litoral centro de Portugal. A execução dos Planos Gerais de Urbanização, como por exemplo na Praia de Mira e na Praia da Tocha, afetou a continuidade desta tipologia popular como elemento de identidade territorial. Mesmo assim, alguns palheiros persistiram como elementos do passado que, até há bem pouco tempo, ainda eram experimentados.



### 32. Tipologia tradicional

[Imagens retiradas de OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1992). Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote \_ Portugal de Perto, nº 24, pp. 271 e 273]

O palheiro era a construção típica da praia. A sua adaptação ao *locus* era visível na sua forma e materialidade. Esta era a tipologia que definia a paisagem litoral centro de Portugal, e por isso, defende-se o palheiro como elemento de valorização do lugar enquanto elemento de unidade e identidade territorial.

Seguindo as premissas rossianas, defende-se o palheiro como fato urbano, que deixava de ser arquitetura para ser fragmento do aglomerado (da cidade), e conseqüentemente, era acontecimento cenográfico.

*“ Existem obras que constituem um acontecimento originário da constituição urbana e que permanecem e se caracterizam no tempo, transformando a sua função ou negando aquela inicial, a ponto de constituírem um trecho de cidade, tanto que as consideramos mais do ponto de vista eminente urbano do que do ponto de vista da arquitectura.”* (ROSSI, 2001, pp. 169)

Acredita-se que o palheiro ainda possa ser elemento propulsor do aglomerado onde se insere, por ser testemunho de um modo de expressão cultural/regional e de um modo de vida tradicional. A sua dimensão histórica, aliada às tradições locais e ao manuseamento dos materiais locais, permite proteger a sua memória, preservando esta tipologia popular enquanto arquétipo. Nesse sentido e recuperando a *teoria da permanência* de Aldo Rossi, entende-se que o palheiro deve ser elemento dinâmico, permitindo a continuidade da função que anteriormente lhe estava associada – residência temporária na praia.

O palheiro enquanto fato urbano está estritamente ligado ao seu uso. Defende-se a continuidade do palheiro enquanto tipologia de fruição da praia, através da analogia como instrumento de projeto de modo a preservar a memória do palheiro. Ou seja, ao invocar a memória do palheiro como processo de projeto, alcança-se a preservação desta tipologia enquanto elemento cultural.



33. Frente de mar . Praia da Tocha

[Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha]

A permanência do palheiro enquanto fato urbano propulsor do aglomerado piscatório é posta em causa devido ao seu desaparecimento. Para assegurar a sua continuidade como imagem do aglomerado, pretende-se recuperar a tipologia de forma a conservar a sua memória. O palheiro deve ser salvaguardado como património cultural e testemunho histórico, incentivando o prolongar da memória coletiva deste território e das suas comunidades piscatórias.

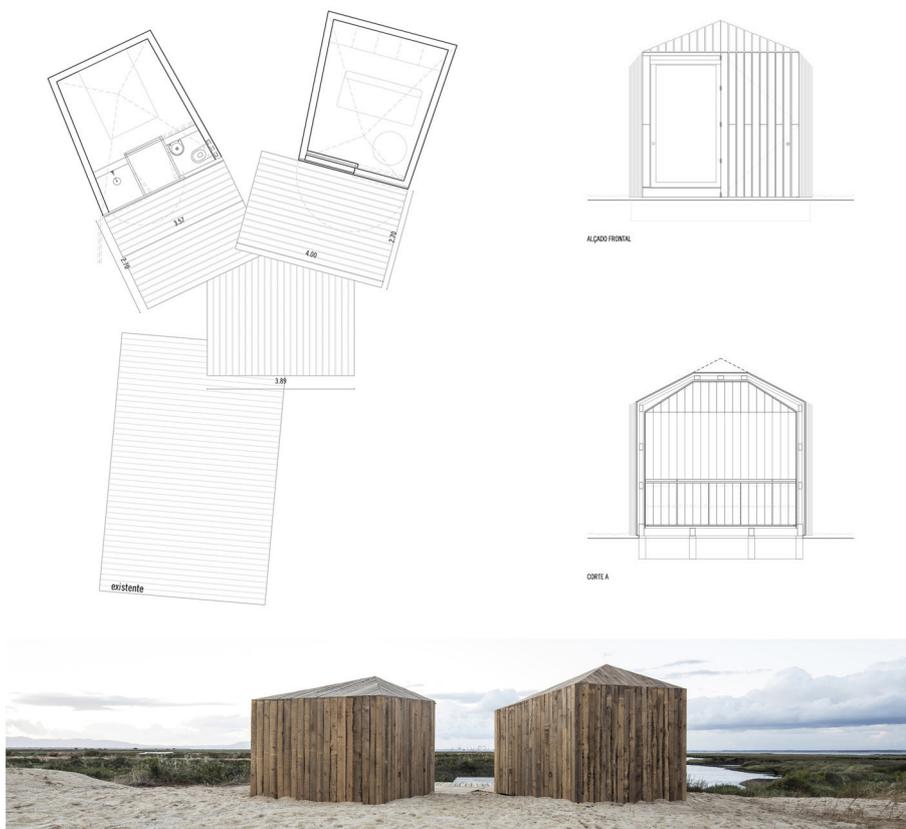
Contudo, a sua preservação e conservação deve ultrapassar a estrita musealização. Esta permite a compreensão, valorização e aprendizagem da identidade cultural. No entanto, considera-se que o mero olhar museológico possa enfraquecer ou aniquilar a vivência da tipologia popular.

Defende-se, então, a reinterpretação do palheiro como elemento de identidade territorial de modo a valorizar a sobrevivência dos métodos tradicionais e da própria tipologia. Pretende-se, assim, fomentar a preservação e conservação do palheiro, no sentido da observação e compreensão profunda da tipologia. Mais do que o reconhecimento do sentido estético, o que interessa é aprofundar o conhecimento e, acima de tudo, a lição arquitetónica que lhe está subentendida. Assim como se pretende promover um pensamento crítico sobre como esta tipologia pode influenciar futuras soluções arquitetónicas, associadas ao turismo balnear (sazonal, efémero e/ou transitório).

### **O palheiro como objeto reinterpretado**

Admitindo, tal como Aldo Rossi, que não existe a possibilidade de invenção tipológica, acredita-se que a arquitetura é resultado de um exercício de memória, cuja influência recai nas vivências e experiências, pessoais e sociais, do arquiteto.

O arquiteto, como bom entendedor da realidade, é contagiado por tudo o que caracteriza o ambiente, o *locus* – desde a topografia à dimensão histórica. E todos estes valores, entendidos pelo arquiteto, devem ser ferramentas potenciais de projeto. Sem elas não se acredita alcançar uma arquitetura verdadeira, racional, capaz de melhorar o mundo que nos rodeia.



### 34. Cabanas de rio . Aires Mateus . Arquétipo de palheiro

[Montagem da autora realizada a partir de fotografias recuperadas em 8.06.2016:

<http://cabanasnorio.com/imagens/slide1/02.jpg>;

[https://designjoyblog1.files.wordpress.com/2015/04/designjoyblog\\_10-20-dg-06.jpg?w=848](https://designjoyblog1.files.wordpress.com/2015/04/designjoyblog_10-20-dg-06.jpg?w=848);

[http://images.adsttc.com/media/images/5231/cdbf/e8e4/4efe/3a00/0092/large\\_jpg/Floor\\_Plan.jpg?1378995603](http://images.adsttc.com/media/images/5231/cdbf/e8e4/4efe/3a00/0092/large_jpg/Floor_Plan.jpg?1378995603)]

É neste sentido que se defende que a arquitetura e memória se relacionam. Segundo Rossi, a continuidade da arquitetura depende da memória, que por sua vez assegura a permanência da cidade. É através da memória, enquanto instrumento de projeto, que se conseguem enfatizar as analogias, os arquétipos, os mimetismos. Estes conceitos são, ainda hoje, recorrentes na arquitetura.

As *Cabanas de rio* (2013), dos irmãos Aires Mateus, são um projeto que se baseia no conceito do arquétipo de palheiro. Implantado na Comporta, a pouco mais de uma hora de Lisboa, o projeto consiste na articulação de dois módulos. Um de carácter social, com sala de estar e apoio de uma cozinha integrada num móvel. Outro com carácter mais íntimo, privado, onde se encontra o quarto com as instalações sanitárias. A sua construção é em madeira reutilizada, conseguindo uma expressão sujeita ao tempo que envelhece o material e invoca a memória das construções do passado, típicas deste lugar. Com este projeto é conseguida uma identidade que se mantém para além da resistência material da sua construção. Uma identidade que permite a compreensão da realidade, do *locus*, mantendo os valores históricos e culturais que reforçam o projeto como acontecimento cenográfico na paisagem.

É neste contexto, e seguindo premissas muito semelhantes, que se defende a reinterpretação do palheiro como objeto de identidade e memória.

*"Em verdade há que defender (...) os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas."*  
(TÁVORA, 2006, pp. 58).

Assim, pretende-se fomentar a preservação do património regional como memória coletiva, associada a uma solução arquitetónica sazonal e efémera capaz de se adequar ao novo paradigma social e económico das famílias portuguesas.



### 35. Cabanas de rio . Aires Mateus . Elemento cenográfico

[Fotografia recuperada em 8.06.2016: [http://www.allwaysangola.com/photos/1391534\\_1421342021411828\\_399809798\\_n-1.jpg](http://www.allwaysangola.com/photos/1391534_1421342021411828_399809798_n-1.jpg)]

O novo objeto, resultado dessa reinterpretação, deseja ser contemporâneo, sustentado pelo diálogo entre arquitetura popular e erudita. Este respeita a memória do passado, criando uma relação íntima com o arquétipo tradicional. O novo objeto permite a aproximação à arquitetura popular, não só pelo mimetismo formal, mas também pela analogia da tipologia tradicional.

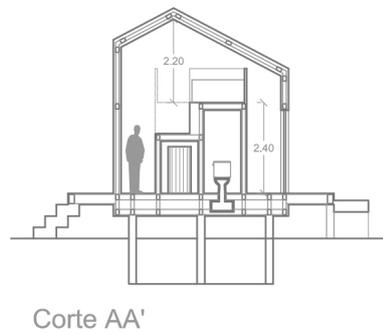
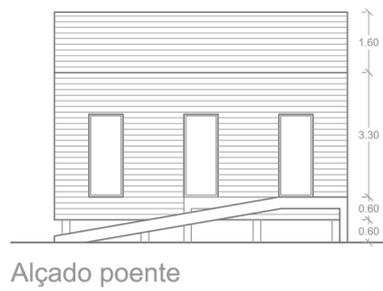
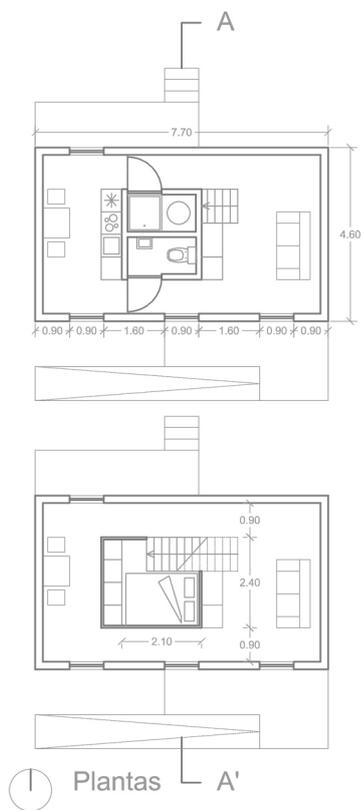
Com a fixação da memória do território e da tipologia, pretende-se a continuidade da diversidade regional da arquitetura popular e a heterogeneização do território português, de modo a destacar o palheiro como objeto autêntico da arquitetura em Portugal. Deste modo, seguindo premissas do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, restabelece-se a lição de coerência e equilíbrio entre arquitetura e paisagem, que se aprendeu com a observação da arquitetura popular.

O palheiro como objeto reinterpretado é um tipo de arquitetura que ambiciona ser acontecimento cenográfico. A pureza formal e material respondem a um valor de verdade, cuja arquitetura simples e económica se adequa a um novo *modus vivendi*.

É uma unidade de habitação pré-definida, de carácter funcional, que se adapta ao meio e não altera a topografia. Responde a preceitos da sustentabilidade, da economia de meios e da reversibilidade, onde a repetição da solução arquitetónica é garantida.

Quanto à implantação, é criado um bairro transitório, onde estas unidades de habitação se encontram sazonalmente. Pretende-se que seja uma intervenção ecológica, onde estas unidades de habitação possam emergir durante a época balnear e abandonar o *locus*, sem deixar marcas na paisagem. Deste modo, o objeto reinterpretado segue o mimetismo formal do palheiro. O mimetismo surge como um esforço de representação das generalidades do palheiro sem que o novo objeto seja uma cópia exata ou uma mera repetição dos preceitos que lhe estão subentendidos.

O novo objeto de reinterpretação segue a traça original do palheiro. A unidade de habitação eleva-se do terreno de modo a não alterar a topografia e assenta em estacaria, preservando a imagem palafita característica dos antigos palheiros.



36. O palheiro como objeto reinterpretado . Plantas, corte e alçado . Escala 1/200  
 [Desenho da autora]

O acesso é feito por uma rampa que lhe é paralela, elemento que alcança uma plataforma exterior diretamente relacionada com a porta de entrada. A plataforma evidencia a relação da habitação com a rua e a praia, reforçando a ideia de um *modus vivendi* no exterior, tal como ocorria com a varanda nos antigos palheiros.

A planta segue a forma retangular original deste tipo de arquitetura. O espaço de entrada é perpendicular ao mar e é feita pelo espaço social, tal como nos palheiros antigo onde a entrada se fazia pela sala. Através de um bloco central, onde se inserem a cozinha, as instalações sanitárias e as instalações de saneamento, faz-se a demarcação de uma zona social – área de estar – de uma zona mais funcional – cozinha. Deste modo, perde-se o corredor central de distribuição tradicional para se ganhar uma planta livre e funcionalista, onde a cozinha continua a ser o espaço mais importante da casa. A cozinha relaciona-se indiretamente com a sala, conferindo ao núcleo de serviços um carácter deambulatório. Esta é encerrada quando se abrem as portas de acesso às instalações sanitárias. A cozinha também se relaciona com o exterior a partir de um estrado de estar que reporta para um *modus vivendi* associado à cozinha dos antigos palheiros. Quanto ao espaço de dormir deixa de ser nas traseiras para ganhar centralidade e situa-se por cima do núcleo de serviços. O acesso ao quarto faz-se por uma escada de madeira que também faz parte do núcleo central. A localização deste elemento de acesso ao quarto reporta para a organização interna dos palheiros tradicionais, estando diretamente relacionado com o espaço social.

Reconhece-se, então, a nova tipologia como análoga à tipologia tradicional. Retomasse a ideia rossiana de que não existe nenhuma possibilidade de invenção tipológica, assumindo a tipologia tradicional como mentora do processo de projeto. (figura 32.) Como a tipologia, segundo Aldo Rossi, só por si, é elemento cultural devido ao seu carácter histórico, permite alcançar a identidade, histórica e cultural, do palheiro que tanto se pretende restabelecer.



37. O palheiro como objeto reinterpretado . Perspetiva  
[Fotomontagem da autora]

No exterior, o palheiro apresenta uma fachada simples, com uma porta ladeada por duas janelas, assemelhando-se à fachada original. A organização funcional do interior faz-se sentir na fachada principal, onde cada janela ilumina os diferentes espaços – social e funcional. Os vãos ganham maior dimensão, visto que têm de iluminar os espaços que lhe estão subentendidos. Deste modo, perdem o carácter de pequeno postigo antigamente associado ao palheiro.

Quanto ao material construtivo, prevê-se a reutilização da madeira como o material de construção. Para além de ser um material aliado do controlo climático, também é o material que se integra de forma mais harmoniosa com a envolvente. *“A construção de madeira, (...), está certa para as condições naturais da região – funciona de maneira correcta em relação ao chão arenoso e à humidade que o ar do mar traz consigo.”* (APP, 1988, pp.181)

Quanto ao sistema construtivo, o novo palheiro adota os sistemas tradicionais estudados (capítulo II), mas, fruto da emergência e integração de novas tecnologias, também recorre a sistemas construtivos pré-fabricados. O sistema construtivo das fundações segue o sistema de estacaria original, característico da palafita. Sobre a estacaria pousa a grade que permite a construção do pavimento flutuante em madeira. Esta grade é uma adaptação do sistema de estacaria independente do tipo de Mira.

Quanto ao revestimento exterior recorre-se ao sistema tarugado horizontal, o sistema tradicional utilizado na Praia da Tocha. Para o revestimento interior recorre-se a placas de OSB ou outro contraplacado pré-fabricado. A dualidade dos tipos de revestimento para o exterior e interior permite o diálogo entre tradicional e erudito, sendo a madeira o elemento primordial desse diálogo.

Deste modo, o novo objeto preserva a expressão cultural do palheiro através de uma aproximação construtiva. Este mantém a sobrevivência de métodos tradicionais, não desvalorizando as técnicas construtivas eruditas, e alcança a preservação de um saber construtivo secular.



Os sistemas construtivos tradicionais complementados com sistemas construtivos pré-fabricados também permitem a reversibilidade do objeto, sendo possível a habitação ser desmontável e até transportável.

Na cobertura substitui-se a telha pela madeira. Deste modo, o material permite a compreensão do palheiro como um objeto uniforme, sendo a sua imagem de fácil reconhecimento – objeto arquitetónico da paisagem litoral centro. Assim, a materialidade, para além de ser a escolha mais correta para demonstrar a verdade construtiva do objeto, é uma opção de projeto que permite alcançar questões de identidade e memória.

De modo a reduzir o impacto infraestrutural na paisagem, a unidade de habitação salvaguarda as questões de saneamento e eletricidade, recorrendo a soluções sustentáveis. Quanto ao saneamento, usa-se um sistema semelhante aos sistemas usados nas *roulottes*, onde o depósito de águas limpas é inserido junto ao duche e o depósito de águas sujas é encaixado na grade do sistema de estacaria independente. Quanto à eletricidade, também se recorre ao sistema usado nas *roulottes*, usando baterias carregáveis, não através de motor, mas recorrendo a painéis solares instalados na cobertura (orientados a sul) ou tirando partido das novas tecnologias, *solarwindows*, que resultam da possibilidade de instalação de vãos envidraçados com painéis solares. A última possibilidade, embora mais dispendiosa, não é descabida, visto que existem envidraçados a nascente e ponte que permitem a exposição solar durante quase todo o dia. Esta solução permitiria uma melhor leitura do objeto enquanto elemento uniforme.

O palheiro como objeto de identidade e memória é elemento de reinvenção da paisagem, cujos valores culturais e patrimoniais se conciliam de modo a responder a uma nova tipologia de fruição turística. Assim, o palheiro passa a ser elemento de permanência. Deixa de ser elemento patológico para ser elemento dinâmico da morfologia urbana. Neste caso, o palheiro pode-se tornar *monumento* que, segundo Aldo Rossi, é o exemplo privilegiado de permanência por se tratar de uma realidade formada pela história e pela memória. Aqui, a tipologia assume um carácter sintético de um processo de projeto que se baseou na análise histórica e cultural, sendo a memória o instrumento essencial para o desenho contemporâneo de uma arquitetura que pretende recordar um *tipo* de arquitetura popular.



Com o projeto de reinterpretação do palheiro pretende-se despertar consciências para um património coletivo e histórico de valor ímpar. O objetivo principal assenta na recuperação da memória social e coletiva, enquanto instrumento ativo de revitalização da arquitetura popular. Também se pretende perenizar os valores de identidade local, claramente em risco de desaparecimento, recuperando saberes e culturas construtivas populares.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar historicamente a Arquitetura Popular em Portugal, de modo a perceber como os seus diversos movimentos contemplaram a questão da habitação popular, conclui-se que, ao longo do século XX, houve a vontade de proclamar uma arquitetura mais autêntica através da história e do regionalismo.

Em Portugal, a renovação da cena arquitetónica afirmou-se com o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa. O Inquérito reclamou a pluralidade de arquiteturas regionais, onde fatores como o clima, a organização económica e social, os hábitos e costumes de natureza etnográfica eram influências da diversidade tipológica ao longo do território nacional. Com o Inquérito, concluiu-se que a arquitetura popular era moderna. Os critérios arquitetónicos, como a adaptação ao meio, o carácter funcional, a verdade dos materiais e a repetição de soluções arquitetónicas, demonstraram ser critérios modernos, que deixam transparecer o valor de verdade, onde forma e função equivalem. Também as ciências sociais e a antropologia foram atores desta mudança de paradigma, destacando-se a figura de Ernesto Veiga de Oliveira. Se a arquitetura popular é património tal se deve a estes diferentes estudos, porque conseguiram um reconhecimento da arquitetura popular.

A análise de diversos movimentos da Arquitetura Popular Portuguesa permitiu o entendimento do palheiro – tipologia típica do litoral centro português – como elemento da arquitetura popular a preservar, sendo esta uma lição de coerência e equilíbrio entre arquitetura e paisagem.



Tendo como base de argumentação as premissas da visão antropológica de Ernesto Veiga de Oliveira e os princípios do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, analisou-se o palheiro enquanto objeto arquitetónico. De modo a reconstruir o valor cultural desta tipologia popular, no seu sentido de autenticidade, continuidade e identidade, defende-se o palheiro como expressão da cultura popular, como elemento de identidade e unidade territorial, e ainda, como património ameaçado.

A análise do palheiro enquanto objeto arquitetónico permitiu despertar consciências para um património coletivo e histórico. Esta análise permitiu o entendimento das suas questões formais, estéticas e materiais, assim como permitiu compreender a sua importância como elemento cenográfico. Deste modo, conclui-se que o palheiro é testemunho histórico de um mundo desaparecido e, por isso, se defende a sua preservação. Com o segundo capítulo, resgataram-se valores de identidade, onde a cultura construtiva foi recuperada através deste primeiro passo: o estudo teórico do palheiro.

Os Planos de Urbanização foram elementos decisivos para a evolução dos aglomerados piscatórios como lugares de vilegiatura, permitindo uma mudança cenográfica ao longo de todo o litoral português. As praias pitorescas do litoral centro português, caracterizadas pela implantação de palheiros, não foram exceção. Com a procura destes lugares como áreas de lazer e com a sobreposição do turismo balnear à atividade piscatória foi permitido que, ao longo do século XX, se conquistasse o seu desenvolvimento e a sua expansão enquanto vilas urbanizadas. Como exemplo de aglomerados piscatórios onde o declínio do palheiro foi uma realidade, estudaram-se os casos da Praia de Mira e da Praia da Tocha. Em nenhum dos casos os planos foram exatamente cumpridos, mas são evidentes as bases direcionais de cada plano apresentado. No caso da Praia da Tocha ainda são visíveis alguns palheiros, embora estejam muito degradados ou recuperados de forma deficiente. No caso da Praia de Mira, a inexistência de palheiros, que outrora foram imagem típica e marco cenográfico da paisagem, é já uma realidade.



Deste modo, conclui-se que a implementação dos Planos de Urbanização para a criação de estâncias balneares e a falta de legislação para a preservação do palheiro, enquanto elemento arquitetônico de importância cultural e histórica, foram fatores primordiais para a sua degradação. Com o terceiro capítulo, compreendeu-se que o palheiro, enquanto elemento de identidade e unidade territorial, é objeto arquitetônico popular do passado que não conseguiu sobreviver a estas transformações urbanísticas.

Por perceber que o palheiro como objeto de identidade territorial está em risco de desaparecimento, defendeu-se que o presente trabalho deveria preservar e recuperar a memória do palheiro como objeto arquitetônico de identidade e unidade territorial, de modo a valorizar a sobrevivência dos métodos tradicionais e da própria tipologia.

De maneira a recuperar a memória do palheiro enquanto elemento arquitetônico popular, foi necessário estudar a arquitetura como memória. Para isso, analisou-se a obra teórica de Aldo Rossi.

Segundo este arquiteto, é através da *memória* que se alcança a continuidade da arquitetura. A *permanência* de um fato urbano cinge-se ao respeito pelas formas do passado de maneira a conservar a sua imagem. Para isso, recorre às *tipologias* e aos *monumentos* que são referências imprescindíveis para a compreensão da cidade. O autor defende que a *memória*, aliada à história, é instrumento criativo para o desenho contemporâneo, de modo a restabelecer a capacidade comunicativa e cultural da arquitetura. É através de *analogias* e mimetismos que se alcançam as recordações, as referências e, assim, se alcança a arquitetura como *memória*. Aldo Rossi não acredita na invenção tipológica. Para ele a arquitetura tem base em arquétipos que são fruto da memória social e coletiva, assim como do legado histórico da cidade.

A arquitetura como memória serviu de base de argumentação para alcançar o objetivo da presente dissertação: a recuperação da memória do palheiro. Por perceber que o desaparecimento do palheiro é um problema social e, sobretudo, cultural, a presente dissertação defende a preservação e recuperação do palheiro como objeto arquitetônico de identidade e memória local.



Quanto à preservação do palheiro, conclui-se que este deve ser salvaguardado como património cultural e histórico. Acredita-se que através da narrativa presente ao longo do trabalho é assegurado um entendimento do palheiro para lá da musealização, alcançando-se a compreensão e a valorização do palheiro como elemento de identidade cultural, assim como a aprendizagem construtiva que lhe está subentendida. Também se conclui que o palheiro deve ser elemento de identidade territorial de modo a valorizar a sobrevivência dos métodos tradicionais e da própria tipologia.

Quanto à reinterpretação do palheiro, interessa compreendê-lo como lição arquitetónica, onde o pensamento crítico de projeto fomenta a preservação do património regional como memória coletiva. Deste modo, projetou-se um novo objeto de reinterpretação do palheiro que ambiciona recuperar a memória de uma cenografia perdida no tempo. A pureza formal e material respondem a um valor de verdade, cuja arquitetura simples e económica se adequa a um novo *modus vivendi*. Esta é uma solução arquitetónica, sazonal e efémera, de reinvenção da paisagem. É uma solução sustentada pelo diálogo entre arquitetura popular e erudita, onde o respeito pela memória do passado cria uma relação íntima com o arquétipo tradicional.

Com a fixação da memória do território e da tipologia, acredita-se na continuidade da diversidade regional da arquitetura popular e na heterogeneização do território português, onde o arquétipo de palheiro se destaca como objeto autêntico da arquitetura em Portugal.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APP (1988). *Arquitectura popular em Portugal*. Volume 2. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses

ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). *Aldo Rossi: obras y proyectos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

BANDEIRINHA, J. (2010). *Keil do Amaral: Obras de Arquitectura na Beira. Regionalismo e Modernidade*. Lisboa: Argumentum

BRANDÃO, R. (1989). *Os pescadores*. Aveiro: Estante editora

BRITO, R. S. (1981). *Palheiros de Mira: formação e declínio de um aglomerado de pescadores*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura: Centro de Estudos Geográficos da Universidade Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA. (2014). *Memória descritiva do projecto de Prolongamento da marginal a norte*. Recuperado em 21.01.2016, de [http://www.cm-mira.pt/www//Templates/GenericDetails.aspx?id\\_object=5639&divName=488s1027s1698&id\\_class=1698](http://www.cm-mira.pt/www//Templates/GenericDetails.aspx?id_object=5639&divName=488s1027s1698&id_class=1698)

CARDIELOS, J.; PEDROSA, J. (2013). *A reinvenção do palheiro – projecto para a reabilitação de palheiro do sal na ilha da Murraceira*. Recuperado em 21.01.2016, de [https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9NmhTR2oxY0FXS1k&usp=drive\\_web](https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9NmhTR2oxY0FXS1k&usp=drive_web)

COSTA, A. (1982). *Memórias do cárcere*. Porto: Escola Superior de Belas-Artes do Porto

DUQUE, J. J. (2003). *Contributo para uma arquitectura transitória no litoral do Porto*. Prova final de mestrado em Design industrial. Porto. Portugal

FERNANDEZ, S. (1988). *Percurso: Arquitectura Portuguesa - 1930/1974*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FIGUEIRA, J. (2007). *Para lá do "Contemporâneo", regressando a Rossi in FIGUEIRA, J. (2007). A noite em arquitectura*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 141-148

FREITAS, J. (2010). *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve. (c. 1851 a c. de 1990)*. Prova final de doutoramento em História Contemporânea. Universidade de Lisboa. Lisboa: Portugal

LEAL, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote



LEAL, J. (2009). *Arquitectos, engenheiros, antropólogos: Estudos sobre arquitectura popular no século XX português*. (1ª ed.). Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva

LINO, R. (1992). *Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Edições Cotovia

LÔBO, M. (1995). *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações.

LOBO, S. (2012). *Arquitectura e Turismo: Planos e projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia*. Prova final de doutoramento na área científica de arquitectura. Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal

LOPES, D. (2015). *Melancholy and Architecture on Aldo Rossi*. Zurique: Park Books

MIRANDA, M. (2012). *Mira: bosquejo histórico*. [S.L]: Areias Vivas

NETO, M. (2013). *Tocha: uma história com futuro*. Coimbra: Palimage

NUNES, C. (2009). *Figueira da Foz (1930-1960): Apontamentos sobre o turismo balnear*. Prova final de mestrado. Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal

PRISTA, M. (2013). *A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa*. Recuperado em 21.01.2016, de <https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9VWxXT3VmdWx2Yzg&usp=sharing>

OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1964). *Palheiros do litoral central português*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1992). *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote \_ Portugal de Perto, nº 24

OLIVEIRA, T. (2011). *Palheiros da Costa Nova: A influência do arquétipo tradicional na criação do projecto contemporâneo*. Prova final de dissertação para obtenção do grau de mestre em arquitectura (2º ciclo de estudos). Universidade da Beira Interior. Covilhã. Portugal

PEIXOTO, R. (1990). *Etnografia Portuguesa: obra etnográfica completa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote \_ Portugal de Perto, nº 20

PORTAS, N. (1991). *Crítica do urbanismo: o desenho urbano em situações de costa*. *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*. N.º 13, pp. 91-94.

RAMOS, T. (2013). *O Inquérito visto pelo olhar de outras áreas científicas: o registo do "país profundo"*. Recuperado em 21.01.2016, de <https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9VWxXT3VmdWx2Yzg&usp=sharing>



REIS, J. (2013). Tradição e modernidade. Do movimento moderno à contemporaneidade. Recuperado em 21.01.2016, de <https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9VWxXT3VmdWx2Yzg&usp=sharing>

RIBEIRO, H. (2010). Outras Casas Portuguesas: Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura moderna dos anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea. Prova final de mestrado em arquitectura. Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal

RIBEIRO, I. (1994). Raul Lino: Nacionalismo e pedagogia. Revista da Faculdade de Letras. Volume 11, série II, pp. 341-352

RIBEIRO, V. (2011). Construções sobre palafitas: Do inquérito á arquitectura regional á contemporaneidade. Prova de dissertação de mestrado. ISCTE-IUL. Lisboa. Portugal

ROSSI, A. (1977). Para una arquitectura de tendencia. Escritos: 1956-1972. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

ROSSI, A. (1998). Autobiografia Científica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

ROSSI, A. (2001). A arquitectura da cidade. Lisboa: Edições Cosmo

SERRANO, I. (2013). Reflexão sobre a relação com a paisagem na arquitectura regional versus modernista. Recuperado em 21.01.2016, de [https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9NU42SThIb2U3NnM&usp=drive\\_web](https://drive.google.com/folderview?id=0BwP29XikX6X9NU42SThIb2U3NnM&usp=drive_web)

TÁVORA, F. (1947). O problema da casa portuguesa. Lisboa: Manuel João Leal

TÁVORA, F. (2006). Da Organização do Espaço. Porto: FAUP Publicações

TOSTÕES, A. (2001). O legado dos "verdes anos cinquenta". Permanência e mudança na arquitectura portuguesa do pós-guerra à revolução. 2G. Nº 20, nexus pp. 27-34

TOSTÕE, A. (2010). Transformación y permanência: la contemporaneidade de Aldo Rossi. Recuperado em 27.05.2016, de <http://www.torredebabel.info/transformacion-y-permanencia-la-contemporaneidad-de-aldo-ross/>

VALDIVIA, J. (1996). La ciudad de la arquitectura: una relectura de Aldo Rossi. Barcelona: oikus-tau

VALENZUELA, M. (1988). La residencia secundaria. Mito social y conflicto urbanístico en los espacios turístico-recreativos. Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid. Nº 4, pp. 71-83



## **FONTES DE IMAGEM**

### **I. Arquitectura Popular Portuguesa**

1. Imagem retirada do capítulo ilustrações de LINO, R. (1992). Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples. Lisboa: Edições Cotovia
2. Fotografia retirada de LEAL, J. (2000). Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 128-129
3. Fotografia retirada de APP (1988). Arquitectura popular em Portugal. Volume 2. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses, pp. 182
4. Fotografia de Valente Alves, recuperada em 18.02.2016:  
<http://alfarrabio.di.uminho.pt/arqevo/textospa/html/evo/image28.jpg>

### **II. Os palheiros do litoral central português**

5. Imagem retirada de OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1964). Palheiros do litoral central português. Lisboa: Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, pp. 10
6. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha
7. Imagem retirada de APP (1988). Arquitectura popular em Portugal. Volume 2. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses, pp. 215
8. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha
9. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha
10. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha
11. Fotografia recuperada em 18.01.2016: [www.praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed\\_da\\_Tabacaria\\_Nilo\\_Praia de Mira.jpg](http://www.praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed_da_Tabacaria_Nilo_Praia%20de%20Mira.jpg)



### III. Turismo balnear. O caso da Praia de Mira e da Praia da Tocha

12. Fotografia recuperada em 18.01.2016: [http://praia-de-mira.com/?page=fotos\\_antigas](http://praia-de-mira.com/?page=fotos_antigas)

13. Fotografia recuperada em 28.02.2015: <http://perlbai.hi-pi.com/blog-images/504487/gd/1234283905/Avenida-principal.jpg>

14. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha

15. Fotografia recuperada em 13.10.2014: [http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Edicao\\_Aq\\_Pessoa\\_Praia\\_de\\_Mira-Palheiros.jpg](http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Edicao_Aq_Pessoa_Praia_de_Mira-Palheiros.jpg)

16. Fotografia recuperada em 13.10.2014: <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/26219401.jpg>

17. Fotografia recuperada em 18.01.2016: [http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed\\_da\\_Tabacaria\\_Nilo\\_A\\_Barrinha2.jpg](http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Ed_da_Tabacaria_Nilo_A_Barrinha2.jpg)

18. Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo

19. Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo

20. Fotografia recuperada em 18.01.2016: <http://a54.idata.over-blog.com/1/02/26/37/Portugal-antigo/Mira-praia-Barrinha-01.JPG>

21. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha

22. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha

23. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha

24. Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo

25. Cartografia cedida pela Professora Doutora Susana Luísa Mexia Lobo

26. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha



#### **IV. Aldo Rossi: A arquitetura como memória**

27. Fotografia recuperada em 2.06.2016, de [http://images.adsttc.com/media/images/5361/5d43/c07a/80d4/3c00/0161/slideshow/aldo\\_rossi\\_ritratto.jpg?1398889787](http://images.adsttc.com/media/images/5361/5d43/c07a/80d4/3c00/0161/slideshow/aldo_rossi_ritratto.jpg?1398889787)
28. Imagem retirada de ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). Aldo Rossi: obras y proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.262
29. Imagem retirada de ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). Aldo Rossi: obras y proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.309
30. Imagem retirada de ARNELL, P.; BICKFOR, T. (1986). Aldo Rossi: obras y proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.128
31. Fotografia retirada de ROSSI, A. (1998). Autobiografia Científica. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pp.39

#### **V. Palheiro como objecto de identidade e memória**

32. Imagens retiradas de OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1992). Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa:Publicações Dom Quixote \_ Portugal de Perto, nº 24, pp. 271 e 273
33. Fotografia cedida pela Associação de moradores da Praia da Tocha
34. Montagem da autora realizada a partir de fotografias recuperadas em 8.06.2016: <http://cabanasnorio.com/imagens/slide1/02.jpg>;  
[https://designjoyblog1.files.wordpress.com/2015/04/designjoyblog\\_10-20-dg-06.jpg?w=848](https://designjoyblog1.files.wordpress.com/2015/04/designjoyblog_10-20-dg-06.jpg?w=848);  
[http://images.adsttc.com/media/images/5231/cdbf/e8e4/4efe/3a00/0092/large\\_jpg/Floor\\_Plan.jpg?1378995603](http://images.adsttc.com/media/images/5231/cdbf/e8e4/4efe/3a00/0092/large_jpg/Floor_Plan.jpg?1378995603)
35. Fotografia recuperada em 8.06.2016: [http://www.alwaysangola.com/photos/1391534\\_1421342021411828\\_399809798\\_n-1.jpg](http://www.alwaysangola.com/photos/1391534_1421342021411828_399809798_n-1.jpg)
36. Desenho da autora
37. Fotomontagem da autora

